

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	72
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	75
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	76
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	26.162.998
Preferenciais	0
Total	26.162.998
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	455.984	384.499	412.128
1.01	Ativo Circulante	175.295	65.103	55.706
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.549	340	97
1.01.03	Contas a Receber	64.685	22.699	16.098
1.01.04	Estoques	28.828	17.475	17.690
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.153	2.052	14.633
1.01.07	Despesas Antecipadas	199	136	16
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	61.881	22.401	7.172
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	61.881	22.401	7.172
1.01.08.01.01	Depositos vinculados - conta reserva	19.953	14.218	5.192
1.01.08.01.02	Adiantamento a fornecedores	41.928	8.183	1.980
1.02	Ativo Não Circulante	280.689	319.396	356.422
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.534	40.274	42.274
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	36.272	40.012	42.012
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	36.272	40.012	42.012
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	262	262	262
1.02.03	Imobilizado	244.155	279.122	314.148
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	240.446	274.659	308.931
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.709	4.463	5.217

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	455.984	384.499	412.128
2.01	Passivo Circulante	843.879	694.912	657.665
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.251	964	636
2.01.02	Fornecedores	84.326	32.536	63.977
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.944	11.969	21.849
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.475	6.592	13.252
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	469	5.377	8.597
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	722.796	623.621	548.570
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	143.456	108.228	101.662
2.01.04.02	Debêntures	578.425	514.762	446.099
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	915	631	809
2.01.05	Outras Obrigações	29.562	25.822	22.633
2.01.05.02	Outros	29.562	25.822	22.633
2.01.05.02.04	Pesquisa e desenvolvimento	29.562	25.822	22.590
2.01.05.02.05	Outros passivos	0	0	43
2.02	Passivo Não Circulante	95.180	96.601	77.009
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.582	4.541	4.858
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	3.582	4.541	4.858
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil a pagar	3.582	4.541	4.858
2.02.02	Outras Obrigações	91.598	92.060	60.453
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	45.192	41.853	41.853
2.02.02.02	Outros	46.406	50.207	18.600
2.02.02.02.03	Fornecedores	41.631	50.207	13.050
2.02.02.02.04	Obrigações Tributárias	4.775	0	5.550
2.02.04	Provisões	0	0	11.698
2.02.04.02	Outras Provisões	0	0	11.698
2.03	Patrimônio Líquido	-483.075	-407.014	-322.546
2.03.01	Capital Social Realizado	171.047	171.047	171.047

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-654.122	-578.061	-493.593

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	241.018	205.488	195.410
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-185.071	-179.374	-178.421
3.03	Resultado Bruto	55.947	26.114	16.989
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	25.784	3.628	-8.262
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.700	-4.561	-8.548
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	35.484	8.189	286
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	81.731	29.742	8.727
3.06	Resultado Financeiro	-157.792	-114.210	-112.689
3.06.01	Receitas Financeiras	1.068	1.395	864
3.06.02	Despesas Financeiras	-158.860	-115.605	-113.553
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-76.061	-84.468	-103.962
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-76.061	-84.468	-103.962
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-76.061	-84.468	-103.962
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-2,91	-3,23	-3,97

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-76.061	-84.468	-103.962
4.03	Resultado Abrangente do Período	-76.061	-84.468	-103.962

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-7.726	1.826	1.310
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	106.901	53.235	43.874
6.01.01.01	Prejuízo antes do IR e da CS	-76.061	-84.468	-103.962
6.01.01.02	Atualização de empréstimos	11.563	8.864	11.012
6.01.01.03	Atualização de debêntures	101.544	47.541	47.477
6.01.01.04	Atualização de arrendamento	711	784	658
6.01.01.07	Provisão para pesquisa & Desenvolvimento	3.325	1.301	1.072
6.01.01.08	Encargos Financeiros sobre P&D	2.332	2.015	2.015
6.01.01.10	Provisão para contingências	0	-11.698	4.330
6.01.01.11	Amortização do custo de transação das debêntures	1.125	978	863
6.01.01.12	Depreciação e amortização	34.270	34.279	34.272
6.01.01.13	Multa por atraso no pagamento de debêntures	27.311	52.885	45.223
6.01.01.14	Amortização arrendamento	754	754	914
6.01.01.15	Baixa ativo imobilizado	27	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-114.627	-51.409	-42.564
6.01.02.01	Contas a receber	-41.986	-6.601	2.343
6.01.02.02	Tributos a recuperar	899	12.581	-8.566
6.01.02.03	Estoques	-11.353	215	2.916
6.01.02.04	Depositos vinculados - conta reserva	-5.735	-9.026	6.656
6.01.02.05	Despesas antecipadas	-63	-120	1
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	-33.745	-6.203	-221
6.01.02.07	Depósitos judiciais	0	0	-4
6.01.02.08	Outros créditos ativos	0	0	1
6.01.02.09	Obrigações tributárias	-1.250	-15.430	136
6.01.02.10	Fornecedores	43.214	5.716	-2.281
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	287	328	-681
6.01.02.12	Pesquisa e desenvolvimento	-1.918	-85	-715
6.01.02.13	Outros passivos	0	-43	39

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.14	Pagamento de debêntures (juros)	-66.316	-32.741	-42.167
6.01.02.15	Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	0	0	-21
6.01.02.17	Partes relacionadas - serviços compartilhados	2.726	0	0
6.01.02.18	Partes relacionadas - estoque	613	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.656	1.994	-185
6.02.01	Compra de imobilizado	-260	-6	-185
6.02.03	Recebimento de empréstimo com partes relacionadas	3.740	0	0
6.02.04	Transferência Imobilizado	176	0	0
6.02.05	Partes relacionadas	0	2.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	22.279	-3.577	-2.732
6.03.01	Pagamento arrendamento mercantil	-1.386	-1.279	-1.122
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Principal)	-5.969	-2.298	-1.610
6.03.03	Captação de empréstimos	29.634	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	18.209	243	-1.607
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	340	97	1.704
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.549	340	97

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-578.061	0	-407.014
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-578.061	0	-407.014
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-76.061	0	-76.061
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-76.061	0	-76.061
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-654.122	0	-483.075

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-493.593	0	-322.546
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-493.593	0	-322.546
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-84.468	0	-84.468
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-84.468	0	-84.468
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-578.061	0	-407.014

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-389.631	0	-218.584
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-389.631	0	-218.584
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-103.962	0	-103.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-103.962	0	-103.962
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-493.593	0	-322.546

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	305.336	229.221	217.178
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	269.852	228.596	217.178
7.01.02	Outras Receitas	35.484	625	0
7.01.02.01	Outras Receitas	35.484	634	0
7.01.02.02	Provisão para contingência cíveis	0	-9	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-137.936	-121.363	-148.825
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-122.778	-114.379	-122.402
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.158	-6.984	-26.423
7.03	Valor Adicionado Bruto	167.400	107.858	68.353
7.04	Retenções	-35.025	-33.905	-35.185
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.025	-33.905	-35.185
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	132.375	73.953	33.168
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.068	1.402	864
7.06.02	Receitas Financeiras	1.068	1.402	864
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	133.443	75.355	34.032
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	133.443	75.355	34.032
7.08.01	Pessoal	9.329	6.820	6.163
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.773	3.642	4.045
7.08.01.02	Benefícios	2.158	1.913	1.797
7.08.01.03	F.G.T.S.	398	1.265	321
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.009	22.257	10.799
7.08.02.01	Federais	22.009	22.257	10.185
7.08.02.02	Estaduais	0	0	614
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	178.166	130.746	121.032
7.08.03.01	Juros	158.860	115.663	113.803
7.08.03.02	Aluguéis	19.306	15.083	7.229
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-76.061	-84.468	-103.962
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-76.061	-84.468	-103.962

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

Relatório da Administração 2021

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia” ou “Pernambuco III”).

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei 6.404/76 e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

O presente Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras. **As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma.** Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparadas às Demonstrações Financeiras, apresentadas em reais mil.

Destaques Resultado

	2021	2020	Δ %
Receita Operacional Líquida	241,0	205,5	17%
Lucro Bruto	55,9	26,1	114%
Margem bruta	23%	13%	11 p.p.
EBITDA	116,8	64,8	80%
Lucro/Prejuízo do exercício	(76,1)	(84,5)	-10%
Energia Gerada (MWh)	76.878	28.486	170%

- A receita operacional líquida de 2021 foi de R\$ 241 milhões.
- O lucro bruto foi de R\$ 56 milhões em 2021, ante lucro bruto de R\$ 26,1 milhões de 2020.
- A margem bruta de 2021 foi de 23%.
- O EBITDA de 2021 foi de R\$ 116,8 milhões, frente a R\$ 64,8 milhões em 2020.
- O prejuízo do exercício de 2021 foi de R\$ 76,1 milhões frente a R\$ 84,5 milhões em 2020.
- A quantidade de energia gerada pela Companhia em 2021 foi de 76.878 MWh.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

O ano de 2021 foi marcado como um período de reconstrução perante o cenário pós-pandemia. Com a evolução da vacinação em todo o país e a retomada econômica em diversos setores, os desafios enfrentados pela Administração foram amadurecidos e fortalecidos, sempre buscando as melhores respostas aos resultados financeiros e operacionais, de forma que atendam com excelência as expectativas de nossos acionistas, investidores, fornecedores e colaboradores.

Além dos desafios impostos pelo período de reconstrução do período pandêmico, o cenário hidrológico rigoroso do ano de 2021 desencadeou uma grave crise hídrica que assolou o país. O nível de capacidade dos reservatórios atingiu o menor nível de afluência dos últimos 91 anos. O Operador Nacional do Sistema demandou o acionamento das usinas termelétricas de todo o Sistema Interligado Nacional ("SIN"), com isso, em 06 de novembro de 2021 a Termelétrica Pernambuco III entrou em operação de forma ininterrupta, contribuindo de forma relevante para a geração de energia no período crítico ao qual o país se encontrava.

Os impactos sentidos com o enfrentamento da crise hídrica foram mitigados com o intenso trabalho da Administração na redução de custos, tendo como foco a conclusão de uma repactuação no contrato de fornecimento de combustível para a geração de energia. Ainda sob o aspecto operacional, a Administração manteve em 2021 o trabalho de recuperação dos ativos da Companhia, proporcionando um investimento de R\$ 1,5 milhões em *overhaul*, encerrando o ano com todos os motores em condições de geração.

Em relação à Segurança e Saúde do Trabalho, a Pernambuco III encerrou o ano com 224 dias sem acidentes do trabalho com afastamento, e 1006 dias sem eventos relativos ao meio ambiente, um trabalho incansável na cultura de que acidentes podem e devem ser evitados, com foco na preservação do meio ambiente. Destaca-se ainda que a Companhia mantém um programa de "5S" e de Gestão de Riscos e Crise, ambos com o objetivo da prevenção e diligência dos riscos inerentes à cada atividade da operação, além do foco na transformação cultural de todos os colaboradores.

Em relação à alavancagem da Companhia, o alto endividamento continua como uma das prioridades da Administração. No exercício de 2021 as negociações com os credores e debenturistas evoluíram e amadureceram, e espera-se que, em um futuro breve, conclua-se a viabilização do pagamento das dívidas em aberto.

Em relação aos aspectos regulatório e jurídico, a Administração envidou todos os esforços na manutenção da liminar obtida em 2016, a qual impede a aplicação de qualquer sanção à Companhia pela ANEEL e CCEE. A Administração entende que, até o presente momento, a situação regulatória da Companhia não apresenta riscos de cobranças pretéritas ou de desligamento da Usina.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O trabalho realizado em 2021 reforça o compromisso da Administração em continuar buscando resultados consistentes a seus acionistas e investidores, do mesmo modo que a Administração permanece focada em 2022 na conclusão das negociações com seus credores financeiros e debenturistas de modo a obter a liquidez financeira e colaborar com o desenvolvimento econômico do país.

Aguinaldo Alvares Gimenes de Jesus

Diretor Presidente

Emiliano Stipanivic Spyer

Diretor de Relações com Investidores

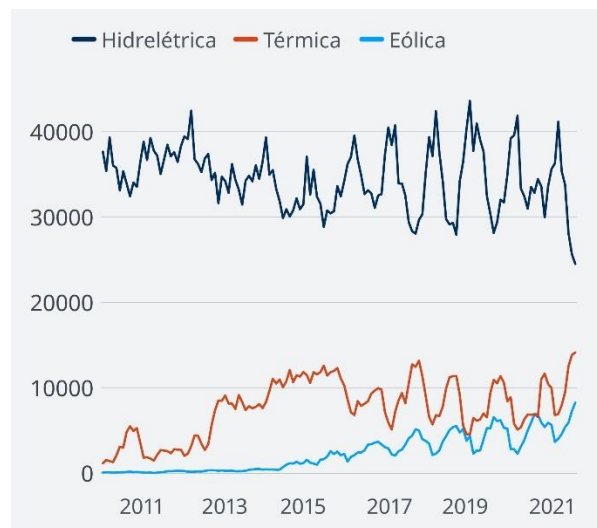
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho Operacional

O ano de 2021 foi marcado pelo contexto rigoroso em relação ao cenário hidrológico do país. O subsistema Sudeste e Centro-Oeste atingiu 24,62% do nível de capacidade dos reservatórios em dezembro de 2021. Além das medidas de gestão dos níveis dos reservatórios do país, o Operador Nacional do Sistema maximizou a oferta de geração das demais fontes energéticas, o que demandou no acionamento das usinas termelétricas e na importação de energia. Em 1º de setembro de 2021 entrou em vigor a cobrança da bandeira de ‘escassez hídrica’, equivalente a R\$14,20 a cada 100 Kw/hora consumidos.

De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”)¹, o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 4,1% em 2021, impactado principalmente pelo avanço da vacinação e flexibilização das medidas restritivas. Além disso, a geração de energia elétrica por usinas termelétricas bateu recorde no ano, atingindo 16.245 GWh em 2021, um acréscimo de 42,5% em relação aos 11.356 GWh gerado em 2020.

Gráfico 1: Geração de Energia por tipo em 2021 (Fonte: ONS)



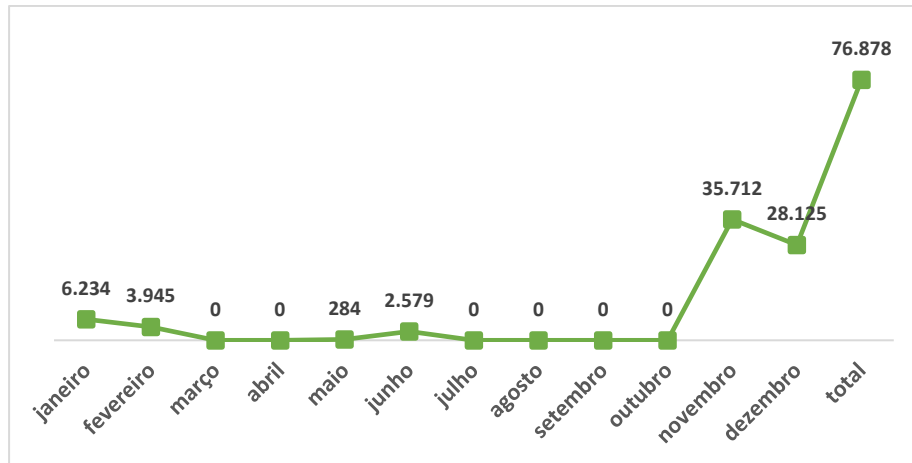
O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) decidiu que todas as usinas termelétricas brasileiras, que estivessem em condições de operar, fossem acionadas. Dentro deste contexto, a Pernambuco III foi diretamente impactada, sendo demandada a despachar a partir de 05 novembro de 2021, registrando um aumento de 48.392 MWh (+170%) em relação à geração do ano de 2020.

¹ De acordo com o Balanço de Geração e Consumo de 2021 publicado em 19/01/2022 pela CCEE (<https://www.ccee.org.br/pt/web/guest/-/consumo-de-energia-eletrica-cresce-4-1-em-2021-aponta-ccee>)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gráfico 2: Geração Verificada* em 2021

(*CCEE – Balanço Energético verificado)



Neste cenário de alta geração de energia estabelecido no ano, a Companhia investiu na manutenção e conservação de seus ativos, tendo destinado R\$1,5 milhões em *overhaul*. Já em relação à disponibilidade de motores, a Companhia encerrou o exercício de 2021 com todos os motores aptos a operar. Em relação à necessidade de aquisição de combustível, a Companhia adquiriu em 2021, óleo combustível “OCB1” para geração solicitada pelo ONS, o montante de R\$ 58 milhões, equivalente a 19.547 toneladas (R\$17 milhões e 5.387 toneladas em 2020).

O CVU médio do exercício acompanhou o aumento observado em todo o setor em 2021, reflexo do impacto do dólar no mercado internacional, bem como nos incrementos nos custos de combustível. O CVU da Pernambuco III encerrou o ano de 2021 no patamar de R\$ 981,99/MWh (R\$ 580,41/MWh em 2020).

O *Platts* médio registrou uma valorização de 58%, passando de US\$ 44,80 em 2020 para US\$ 70,70 em 2021, afetado substancialmente pelo aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Em relação ao PLD médio do ano de 2021 do submercado Nordeste, o indicador encerrou 2021 em R\$ 269,00 frente a R\$ 134,42 em 2020. O PLD seguiu a tendência de alta observada em períodos anteriores e nos demais submercados, impactados pelo período seco do 3º trimestre de 2021.

Saúde, Segurança e Meio Ambiente

Em 2021, a gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (“SSMA”) da Pernambuco III seguiu engajada no aprimoramento de seus processos, e, em conjunto com a atuação estratégica da Administração, implementou o sistema de Gerenciamento de Riscos e Crises que objetiva a mitigação e o monitoramento dos riscos de cada atividade executada na operação, de modo que estas obtenham a excelência em atendimento aos aspectos de SSMA.

Em termos de Segurança do Trabalho, a Pernambuco III encerrou o ano de 2021 com 224 dias sem acidentes com afastamento, e em relação ao Meio Ambiente, a Companhia atingiu 1006 dias sem qualquer evento ambiental. A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

excelência na busca de ambientes mais seguros e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais, são metas permanentes da Administração.

Ainda em 2021, a Companhia executou projetos importantes dentro da agenda de governança ambiental, social e corporativa, dentre os quais destacam-se: (i) implementação da metodologia de “5S”, (ii) implementação do Projeto do Sistema de Gestão Integrado (“PSGI”) integrado aos requisitos normativos da ISO 9001; (iii) programa de Gestão de Resíduos conforme Portaria 280/MMA, (iv) treinamentos focados em redução do consumo específicos de insumos; (v) SIPATMA, (vi) melhoria no processo de dosagem de produtos químicos, com foco na segurança operacional do ativo e (vii) aplicação da logística reversa para baterias conforme Lei 12.305/2010.

Todos os projetos construídos e executados em 2021 comprovam o incansável trabalho da Administração em trazer as melhores práticas administrativas para a Companhia, reafirmando assim o seu compromisso na busca por ambientes responsáveis, éticos e sustentáveis em prol do desenvolvimento da sociedade e do país.

Jurídico / Regulatório

No âmbito jurídico regulatório, a Pernambuco III possui liminar judicial precária que suspende aplicação de penalidades pela ANEEL e CCEE. No entanto, tendo em vista o caráter precário da liminar, tais entidades seguem contabilizando as penalidades que somam mais de R\$ 294 milhões, as quais, se aplicadas, não há viabilidade de pagamento diante do fluxo de caixa estimado da Companhia.

Com relação ao mérito do processo judicial, os pedidos Companhia foram julgados improcedentes em primeira instância, tendo sido anulados em segunda instância para que fosse feita perícia em primeira instância. Diante deste cenário, a classificação de risco é de perda é possível dada pelo escritório externo.

Ainda, em 2021 a Pernambuco III efetivou operação de compra de lastro, objetivando a recomposição de energia devido à indisponibilidade dos motores para fazer frente à insuficiência de lastro acumulada nos últimos 12 meses, gerando assim um impacto no custo da Companhia de R\$ 44 milhões, líquido de impostos (R\$ 80 milhões em 31 de dezembro de 2020, líquido de impostos).

Compliance

Em consonância com a Lei 12.846/13, a Administração da Companhia, buscando estruturar-se à prevenção a fraude, governança corporativa e devida adequação aos processos internos, conta com uma estrutura de Compliance, que entre outros objetivos, busca assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação e o fortalecimento do sistema de controles internos, procurando mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e, ainda, disseminar a cultura de controles para o cumprimento das leis, contribuindo, desta forma, para o crescimento da percepção externa de valor de sua Governança Corporativa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico-Financeiro

	2021	2020	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	269.851	232.720	37.131	16%
Descontos s/ vendas	-	(4.074)	4.074	-100%
Impostos e taxas	(28.833)	(23.158)	(5.675)	25%
Receita operacional líquida	241.018	205.488	35.530	17%
(-) Custos operacionais	(185.071)	(179.374)	(5.697)	3%
Lucro Bruto	55.947	26.114	29.833	114%
Margem bruta	23%	13%		11 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(9.700)	(4.561)	(5.139)	113%
Outras (despesas) receitas	35.484	8.189	27.295	333%
Resultado operacional antes dos efeitos fin.	81.731	29.742	51.989	175%
Despesas financeiras	(158.860)	(115.605)	(43.255)	37%
Receitas financeiras	1.068	1.395	(327)	-23%
Resultado financeiro líquido	(157.792)	(114.210)	(43.582)	38%
Prejuízo antes do IR e CS	(76.061)	(84.468)	8.407	-10%
IRPJ/CSLL diferido	-	-	-	0%
Lucro/Prejuízo do exercício	(76.061)	(84.468)	8.407	-10%

Receita Operacional Bruta

A Companhia encerrou o ano de 2021 com uma receita operacional bruta de R\$ 270 milhões, frente a R\$ 232,7 milhões em 2020, uma variação de R\$ 37,1 milhões ou 18%, decorrente dos seguintes fatores: (i) reajuste anual no preço de energia pelo IPCA; (ii) indisponibilidade de motores resultando em menor receita em 2020; (iii) redução no preço da energia para aquisição de lastro em 2021. E por fim, incremento na receita variável decorrente dos acréscimos dos despachos ordenados pelo ONS.

Receita Operacional Líquida

Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou o ano de 2021 em R\$ 241 milhões, uma variação de 17% ou R\$ 35,5 milhões comparado a 2020. Este resultado é explicado pela devolução de penalidade de Despacho por Ordem de Mérito por Preço Ajustado ("DOMP") e não recebimento de parte da receita fixa em 2020.

Custos Operacionais

O aumento de geração de energia trouxe também um aumento em seus **custos operacionais**. A Companhia encerrou o exercício com os custos operacionais no patamar de R\$ 183,8 milhões, uma variação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de R\$ 5,1 milhões ou 3% comparado ao montante de R\$ 178,7 milhões registrado em 2020. O incremento dos custos operacionais foi reflexo do acréscimo nos custos com combustível e lubrificantes de R\$ 41,1 milhões em razão do acionamento da usina frente a necessidade do Sistema Integrado Nacional (“SIN”) e despacho exigido pelo ONS. Importante notar que em 2021 houve uma redução no preço da energia para aquisição de lastro, gerando uma redução de R\$ 38,5 milhões.

A rubrica de O&M, que representa os custos operacionais fixos da Companhia, apresentou variação de R\$ 2,8 milhões no ano, reflexo da necessidade de projetos pontuais ocorridos nos períodos para fazer frente a manutenção exigida no ativo.

Resultado Bruto e Margem Bruta

Em 2021 a Companhia apresentou lucro bruto de R\$ 56 milhões e margem bruta de 23%, uma variação de R\$ 30 milhões e 11 pontos percentuais quando comparado ao lucro bruto de R\$ 26,1 milhões e 13% de margem bruta de 2020, impactado principalmente pela ausência de glosa e reajuste no preço de energia da Companhia.

Nota-se, ainda, que apesar do acréscimo na receita variável apurada no ano, esta não trouxe margem de contribuição para a Companhia, uma vez que foi necessário o desembolso para aquisição de alto volume de combustível no mesmo patamar de valor.

Despesas Gerais e Administrativas

Devido ao pagamento de serviços jurídicos e a implementação do compartilhamento das estruturas de custos administrativos a rubrica de **despesa gerais e administrativas** da Companhia registrou uma variação de R\$ 5,1 milhões quando comparado ao montante de 2020.

Outras Receitas e Despesas

Em 2021 a rubrica de outras receitas foi fortemente afetada pelo ressarcimento da glosa de receita ocorrida em maio de 2021 no valor de R\$ 35,4 milhões, líquido de impostos. Esse ressarcimento refere-se às retenções de receita dos meses de setembro, outubro e novembro de 2019 e março e abril de 2020.

Além do impacto do ressarcimento em outras receitas, a rubrica de provisão para contingências apresentou saldo zerado, reflexo da reversão da provisão para contingência referente ao processo cível de ações de cobrança de fornecedores em que solicitam indenização e encerramento da prestação de serviços.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA

Em 2021 a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 116,8 milhões frente a R\$ 64,8 milhões em 2020, uma variação de R\$ 52 milhões entre exercícios. Este resultado se deu, substancialmente, pelo acréscimo de outras receitas de R\$ 35,4 milhões referente ao ressarcimento da CCEE ocorrido em maio de 2021.

EBITDA	2021	2020	Δ R\$	Δ %
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(76.061)	(84.468)	8.407	-10%
(+/-) tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	-	-	-	0%
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	157.792	114.210	43.582	38%
(+) depreciação, amortização e exaustão	35.024	35.032	(8,0)	0%
EBITDA	116.755	64.774	51.981	80%
Margem EBITDA	48%	32%		17 p.p.
Efeitos não Recorrentes				
(+) DOMP	-	4.074	(4.074)	-100%
(+) Glosa Receita Fixa	-	10.795	(10.795)	-100%
(-) Ressarcimento CCEE	(35.423)	(623)	(34.800)	5586%
EBITDA Gerencial	81.332	79.020	2.312	3%
Margem EBITDA Gerencial	34%	38%		-05 p.p.

Endividamento

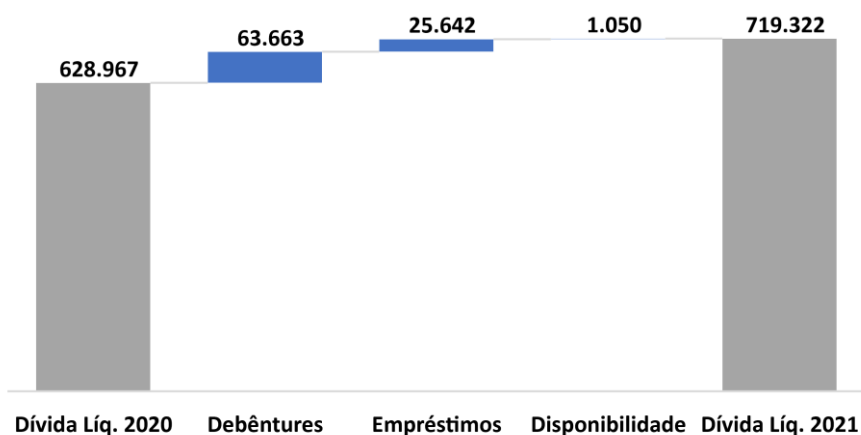
A Companhia encerrou o ano de 2021 com um endividamento bruto consolidado, no valor de R\$ 745,1 milhões, montante 14% maior ao saldo registrado em dezembro de 2020 de R\$655,8 milhões.

Em relação à dívida líquida, o saldo de empréstimos e debêntures em 2021 apresentou uma variação nominal de R\$ 90,4 milhões em relação a 2020. Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou 2021 com R\$ 26 milhões versus R\$ 27 milhões em 2020, uma variação nominal de apenas R\$ 1 milhão. O saldo final apurado da dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 719,3 milhões no exercício de 2021. Importante notar que o aumento das disponibilidades resulta em um desconto no total da dívida apurada no exercício.

A alavancagem da Companhia atingiu 4,8x, calculado através da razão entre a dívida líquida consolidada pelo EBITDA consolidado dos últimos 12 meses.

Relatório da Administração Comentário do Desempenho

Gráfico 5 – Detalhamento cálculo dívida líquida consolidada (Em R\$ Mil)



Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo devedor das debêntures da Pernambuco III era de R\$ 578,4 milhões (R\$ 514,8 milhões em 31 de dezembro de 2020), sendo 100% contabilizado no passivo circulante, isso porque não havia *waiver* para o descumprimento dos índices econômicos exigidos pela escritura da emissão.

Em 2021, a Administração, em conjunto com seus debenturistas, realizou novas assembleias para tratar dos termos do acordo firmado em 09 de agosto de 2018. Diante disso, nas Assembleias Gerais de Debenturistas (“AGDs”) realizadas nos dias 05 de fevereiro, 1º de abril, 08 de junho, 06 de julho, 17 de agosto, 05 de outubro e 07 de dezembro de 2021 entre a Pernambuco III e seus Debenturistas, foram firmadas as novas prorrogações do acordo temporário, mantendo-o vigente até o término do exercício de 2021, nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e Assembleia Geral de Debenturistas realizada na mesma data.

Nos dias 15 de janeiro, 08 de fevereiro, 13 de abril, 13 de maio, 07 de junho, 09 de julho, 08 e 17 de agosto, 10 de setembro, 08 de outubro, 08 de novembro e 08 de dezembro de 2021, a Pernambuco III efetuou os pagamentos referentes aos Juros e Encargos Remuneratórios da emissão, conforme deliberação em AGD realizada em 09 de agosto de 2018, e Fato Relevante divulgado na mesma data.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Eventos Subsequentes Relevantes

Renovação Seguro

Em 28 de janeiro de 2022, foi realizada a renovação da apólice de seguro de risco operacional da Companhia, cuja vigência se dá até 17 de janeiro de 2023.

Assembleias Gerais de Debenturistas

Em 08 de fevereiro de 2022, houve a realização de assembleias para tratar dos termos do acordo temporário vigente. Os assuntos deliberados nas referidas assembleias estão detalhados na Nota Explicativa 26 de Eventos Subsequentes das Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O detalhamento da deliberação, foi divulgado na forma de Ata e está disponível, na íntegra, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br). Em 13 de abril de 2022 serão reabertas as assembleias para que os Debenturistas possam rever as condições de renovação dos termos do acordo vigente das debêntures de Pernambuco III.

Renovação do Acordo Temporário

Em 08 de fevereiro de 2022, conforme deliberação em AGD, foi realizada renovação do acordo temporário entre Pernambuco III e Debenturistas a contar do dia 14 de fevereiro de 2022 até dia 20 de abril de 2022 nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

Pagamento de Juros aos Debenturistas

Em 08 de janeiro, 08 de fevereiro e 08 de março de 2022, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos Encargos Remuneratórios e Moratórios, conforme deliberação em AGD realizada em 09 de agosto de 2018, e Fato Relevante divulgado na mesma data. O detalhamento dos valores pagos, foi divulgado na forma de Aviso aos Debenturistas, e está disponível, na íntegra, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Declaração dos Diretores

Os Diretores da Termelétrica Pernambuco III S.A declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras individuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e com as opiniões expressas no parecer de auditoria da Grant Thornton.

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explicar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Termelétrica Pernambuco III S.A. e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste documento e nas Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@utepeiii.com.br ou através do telefone +55 (11) 4130-3855.

31/março/2022

À: Termelétrica Pernambuco III S.A.

À atenção dos(as) Acionistas, Conselheiros(as) e Administradores(as)

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras nº 223IB-009-PB-RM1

Prezados(as) senhores(as),

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 da Termelétrica Pernambuco III S.A., acompanhadas do relatório do auditor independente.

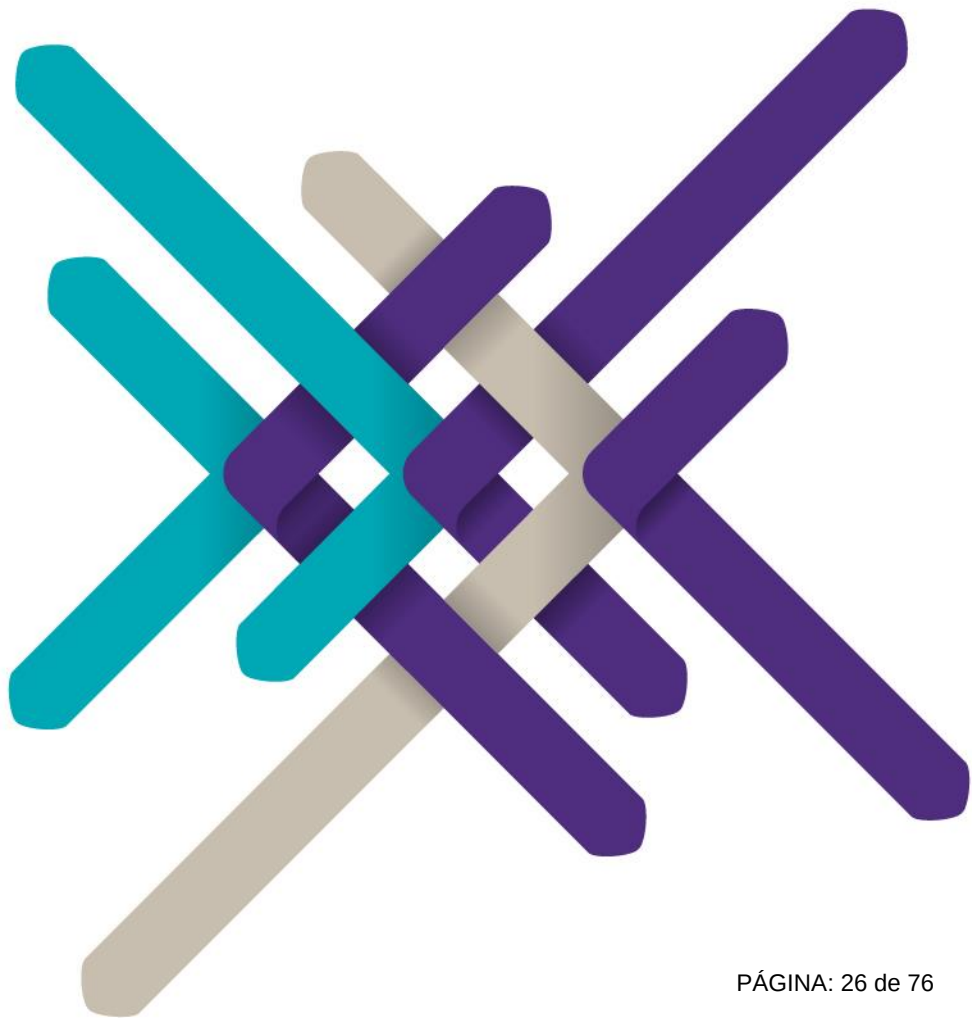
Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Termelétrica Pernambuco III S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 1 que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado em 31 de dezembro de 2021 um montante total de prejuízo de R\$ 654.122 mil, e nessa data, o seu passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 669.197 mil, e seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ (483.075) mil. A Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, divulga certas ações que estão sendo implementadas pela Administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a Administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso nos processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas ("covenants") previstas na escritura de debêntures, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Ênfases

Processo de investigação independente

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, existem determinadas partes relacionadas da Companhia, e determinados fundos de pensão que são investidores na Companhia que foram incluídos ou citados em uma investigação conduzida pelas autoridades públicas federais (Ministério Público Federal e Polícia Federal) denominada de "Greenfield". A Companhia divulgou nesta mesma Nota Explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa independente especializada, porém, o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas encontra-se em andamento. Desta forma, não é possível prever e nem antecipar os desdobramentos futuros dessa investigação, nem seus potenciais efeitos, se houverem, sobre as demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Transações com parte relacionada

Conforme Nota Explicativa nº 16, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionadas à área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes e, caso fossem realizadas em condições normais de mercado, poderiam gerar resultados diferentes dos que estão sendo apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, determinamos que o assunto descrito adiante é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Recuperabilidade do ativo imobilizado com vida útil definida (Nota Explicativa nº 9)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 – “Imobilizado”, a Companhia possui montante significativo de ativo imobilizado, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 240.446 mil.

Em 31 de dezembro de 2021, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável. Dessa forma a Administração acompanha os indicadores de realização destes ativos e documenta anualmente o teste de avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria durante o exercício de 2021, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da Administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria:

- (i) Revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se as premissas utilizadas nessa avaliação de recuperabilidade eram razoáveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis;
- (ii) Revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela Administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas;
- (iii) Avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela Administração da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa; e
- (iv) Elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 31 de março de 2021, continha parágrafos de ênfases relacionados aos mesmos assuntos apresentados neste Relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 março de 2022



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Notas Explicativas

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2021	31.12.2020	Passivo	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.549	340	Fornecedores	11	84.326	32.536
Contas a receber	5	64.685	22.699	Obrigações tributárias	12	5.944	11.969
Tributos a recuperar	6	1.153	2.052	Obrigações sociais e trabalhistas		1.251	964
Estoques	7	28.828	17.475	Debêntures	16	578.425	514.762
Depósitos vinculados - contas reserva	8	19.953	14.218	Empréstimos e financiamentos	13	143.456	108.228
Despesas antecipadas		199	136	Arrendamento Mercantil	10	915	631
Adiantamento a fornecedores		41.928	8.183	Pesquisa e desenvolvimento	14	29.562	25.822
Total do ativo circulante		175.295	65.103	Total do passivo circulante		843.879	694.912
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	17	262	262	Fornecedores	11	41.631	50.207
Partes relacionadas	15	36.272	40.012	Obrigações tributárias	12	4.775	-
Imobilizado	9	240.446	274.659	Partes relacionadas	15	45.192	41.853
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	10	3.709	4.463	Arrendamento Mercantil	10	3.582	4.541
Total do ativo não circulante		280.689	319.396	Total do passivo não circulante		95.180	96.601
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
				Capital social	18	171.047	171.047
				Prejuízos acumulados		(654.122)	(578.061)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(483.075)	(407.014)
				Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		455.984	384.499
Total do ativo		455.984	384.499				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Termelétrica Pernambuco III S.A.**Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31.12.2021	31.12.2020
Receita operacional líquida	19	241.018	205.488
Custos operacionais	20	(185.071)	(179.374)
Lucro bruto		55.947	26.114
Outras receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	21	(9.700)	(4.561)
Outras receitas (despesas), líquidas	21	35.484	8.189
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		25.784	3.628
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		81.731	29.742
Despesas financeiras	22	(158.860)	(115.605)
Receitas financeiras	22	1.068	1.395
Resultado financeiro, líquido		(157.792)	(114.210)
Prejuízo antes do imposto de renda e de contribuição social		(76.061)	(84.468)
Prejuízo do período		(76.061)	(84.468)
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)		(2,91)	(3,23)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Prejuízo do período	<u>(76.061)</u>	<u>(84.468)</u>
Resultado abrangente total	<u>(76.061)</u>	<u>(84.468)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	171.047	(493.593)	(322.546)
Prejuízo do período	-	(84.468)	(84.468)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	171.047	(578.061)	(407.014)
Prejuízo do período	-	(76.061)	(76.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	171.047	(654.122)	(483.075)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Prejuízo antes do IR e da CS		(76.061)	(84.468)
Atualização de empréstimos	22	11.563	8.864
Atualização de debêntures	22	101.544	47.541
Atualização de arrendamento	22	711	784
Multa por atraso no pagamento de debêntures	22	27.311	52.885
Provisão para Pesquisa & Desenvolvimento	22	3.325	1.301
Encargos financeiros sobre P&D	22	2.333	2.015
Provisão para contingências		-	(11.698)
Amortização do custo de transação das debêntures	22	1.125	978
Amortização Arrendamento	22	754	754
Baixa ativo imobilizado		27	-
Depreciação	9	34.270	34.279
		106.901	53.235
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber	4	(41.986)	(6.601)
Tributos a recuperar	6	899	12.581
Estoques	7	(11.353)	215
Depósitos vinculados - contas reserva	8	(5.735)	(9.026)
Despesas antecipadas		(63)	(120)
Adiantamento a fornecedores		(33.745)	(6.203)
		(91.983)	(9.154)
Aumento (redução) nos passivos			
Obrigações tributárias	12	(1.250)	(15.430)
Fornecedores	11	43.214	5.716
Obrigações sociais e trabalhistas		287	328
Pesquisa e desenvolvimento	14	(1.918)	(85)
Serviços compartilhados		2.726	-
Partes relacionadas - estoque		613	-
Outros passivos		-	(43)
		43.672	(9.514)
Pagamento de debêntures (juros)	16	(66.316)	(32.741)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (juros)	13	(5.969)	(2.298)
		(72.285)	(35.039)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		(13.695)	(472)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos			
Partes Relacionadas	15	-	2.000
Recebimento de empréstimo com partes relacionadas		3.740	-
Compra de imobilizado	9	(260)	(6)
Transferências imobilizado	9	176	-
		3.656	1.994
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento			
Captação de empréstimos		29.634	-
Pagamento arrendamento mercantil	10	(1.386)	(1.279)
Partes relacionadas - estoque		-	-
Recebimentos - partes relacionadas		-	-
		28.248	(1.279)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos		28.248	(1.279)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		18.209	243
Saldo no início do período	4	340	97
Saldo no final do período	4	18.549	340
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		18.209	243

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstrações do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas	305.336	229.221
Venda de energia	269.852	228.596
Provisão para contingências cíveis	-	(9)
Outras receitas	35.484	634
Insumos adquiridos de terceiros	(137.936)	(121.363)
Custo de venda de energia	(122.778)	(114.379)
Serviços de terceiros	(10.459)	(8.886)
Materiais e outros	(4.699)	1.902
Valor adicionado bruto	167.400	107.858
Depreciação e amortização	(35.025)	(33.905)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	132.375	73.953
Valor adicionado recebido em transferência	1.068	1.402
Receitas financeiras	1.068	1.402
Valor adicionado a distribuir	133.443	75.355
Valor adicionado distribuído	133.443	75.355
Pessoal	9.329	6.820
Remuneração direta	6.773	3.642
FGTS	398	1.265
Benefícios	2.158	1.913
Tributos	22.009	22.257
Federais	22.009	22.257
Remuneração de capitais de terceiros	178.166	130.746
Aluguéis	19.306	15.083
Despesas financeiras	158.860	115.663
Remuneração de capitais próprios	(76.061)	(84.468)
Prejuízo do período	(76.061)	(84.468)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional

A Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia" ou "PIII") é uma sociedade por ações de capital aberto, "Categoria B", nos termos da Instrução CVM 480, com sede em Igarassu/PE – Brasil, cujo objeto específico é de geração de energia elétrica de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica. A Companhia possui autorização para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III, localizada na área rural de Engenho D'Água, Três Ladeiras, Município de Igarassu, Estado de Pernambuco, constituída de vinte e três unidades geradoras de 8.730 kW¹ cada, totalizando 200,79 MW¹ de capacidade instalada. O início da operação da Companhia ocorreu em dezembro de 2013 e possui autorização para a exploração pelo período de 35 anos, findando em 2 de julho de 2044. Em 19 de dezembro de 2019, através do Despacho nº 3.631, a ANEEL suspendeu a operação comercial de duas unidades geradoras, de 8.730 kW¹ cada.

Em 14 de julho de 2014, a integralidade das ações da Companhia foi incorporada pela Mesa Participações S.A., Companhia também é controlada pela Bolognesi Energia S.A.

No exercício de 2021 com o agravamento da crise hídrica que se assolou no Brasil, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico ("CMSE"), decidiu pela ativação das Usinas Térmicas do Sistema Integrado Nacional ("SIN") para atendimento da necessidade de geração de energia elétrica. Dessa forma, a Companhia se organizou para fazer frente à geração fora de mérito, tendo, para tanto, sido necessário obter financiamentos de curto prazo (vide Nota Explicativa nº 13) para a custosa aquisição de óleo combustível (vide Nota Explicativa nº 20). A Companhia fez frente à geração de energia ao "SIN" no total de 76.878 MWh (*) em 2021, (28.486 MWh (*) em 2020).

^{1 1} As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelo auditor independente.

Notas Explicativas

Continuidade operacional e decretação de vencimento antecipado

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$669.197 (R\$629.809, em 31 de dezembro de 2020), prejuízos acumulados de R\$654.122 (R\$578.061, em 31 de dezembro de 2020) e, em 31 de dezembro de 2021 o patrimônio líquido (passivo a descoberto) é de R\$483.075 (R\$407.014 em 31 de dezembro de 2020) em virtude, dentre outros motivos, do vencimento antecipado das debêntures, outras obrigações financeiras e débitos perante fornecedores.

A Companhia não gera caixa operacional suficiente para honrar com seus compromissos financeiros. Portanto, é necessário que haja a renegociação do cronograma de pagamento de dívida junto a seus credores. Como a totalidade da receita fixa da Companhia foi cedida fiduciariamente ao agente fiduciário das debêntures e a totalidade da receita variável foi cedida fiduciariamente ao Banco Itaú-Unibanco S.A., a continuidade operacional da Companhia irá depender do sucesso da Administração em renegociar seus passivos com credores financeiros. A Administração acredita que o risco de descontinuidade passou a ser relevante com a decretação de vencimento antecipado das debêntures, ocorrida em 1º de setembro de 2017, mas acredita que a Companhia deverá manter sua operação por meio da renegociação amigável junto aos credores, conforme ocorreu ao longo de todo o ano de 2021, ou por meio de proteção judicial que permita o acesso da Companhia à geração de caixa de modo a manter o ativo operacional, enquanto a Companhia renegocia seus passivos juntos aos credores. Em 17 de outubro de 2017, houve Decisão de Tutela Antecipada proferida pela 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, Foro Central Cível, determinando que o Agente Fiduciário libere mensalmente os recursos necessários para que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviço, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até a deliberação dos debenturistas, ou decisão contrária em sede recursal.

Para a sustação do vencimento das debêntures, o quórum de deliberação é de 90% das debêntures em circulação. A Companhia entende que para a liberação de recurso, o quórum é de 75% das debêntures em circulação e maioria simples em segunda convocação. Este entendimento não está pacificado junto ao agente fiduciário.

Caso a Companhia deixe de honrar seus parcelamentos tributários, o passivo tributário poderá voltar a ser na ordem de R\$ 6.257 em dezembro de 2021 (R\$ 4.861 milhões em 2020), sujeito a aplicação de multas e juros. Caso a Companhia deixe de honrar compromissos com fornecedores, poderá ser objeto de ações de execuções que podem resultar na decretação de insolvência ou mesmo falência da Companhia. No caso de falência da Companhia, o Contrato de Compra e Venda de Energia será rescindido automaticamente, exaurindo as garantias líquidas dos credores financeiros.

Processo de investigação independente

A Companhia é parte relacionada de determinadas empresas pertencentes ao mesmo Grupo econômico que foram citadas em uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal denominada "Operação *Greenfield*", e ainda, a Companhia foi citada em notícias envolvendo supostos atos ilegais e de corrupção cometidos por alguns de seus antigos administradores. Em conexão com esses fatos, a Companhia contratou os serviços de uma empresa de investigação forense antifraude, cujo escopo compreendeu a revisão e verificação da documentação relativa à contratação de serviços e aquisições de bens de 39 fornecedores, pelas empresas do grupo entre 31 de dezembro de 2008 a 31 de julho de 2017. A conclusão do trabalho constatou que não foram identificados, através dos procedimentos adotados, indícios de irregularidades nos fornecedores analisados, decorrentes dos testes aplicáveis. Contudo, a auditoria forense concluiu que poderia haver risco potencial em parte das transações e relações comerciais de empresas do grupo com os fornecedores que tiveram o seu risco combinado classificado como "Alto". A Companhia iniciou o trabalho de levantamento de informações adicionais sobre os fornecedores de alto risco, de modo a apurar eventuais direitos da Companhia contra as empresas, e utilização das informações em processos judiciais e arbitrais em andamento. Em junho de 2018, a Companhia foi mencionada em notícias divulgadas em jornais de grande circulação nacional, de que um ex-superintendente do Fundos de Investimentos Especiais da Caixa Econômica Federal confessou ter recebido propina no valor estimado de R\$ 1,5 milhão em conta no exterior, supostamente depositado por um ex-administrador da Companhia, nos anos de 2010 e 2011, em razão dos investimentos realizados pelo FI-FGTS na Companhia.

Notas Explicativas

A auditoria forense acima referida, também realizou uma investigação sobre essa notícia, e concluiu que não houve registros de pagamento que viessem a caracterizar indícios de irregularidade, mesmo assim, recomendou uma investigação aprofundada sobre esses fatos. Nesse sentido, e em atendimento à política de *compliance* e antifraude da Companhia, foi aberto e concluído um processo detalhado de sindicância interna, de modo a apurar e auditar todos os pagamentos realizados no período, bem como, eventuais contratos de fechamento de câmbio. O processo de sindicância interna também não resultou em nenhum indício de irregularidade.

Mesa Participações S.A.

Para a Mesa Participações S.A. ("Mesa"), controladora da Companhia, o escopo da auditoria forense independente compreendeu o processo de investigação sobre as contas e procedimentos dos exercícios de 2015 e 2016 ("FASE I") e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014 ("FASE II"), embora a Mesa e suas controladas, não terem sido diretamente citada em nenhuma operação do Ministério Público Federal, este trabalho teve por objetivo obter informações sobre possíveis não conformidades e/ou eventuais ilicitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços no período, bem como, possíveis envolvimento de seus acionistas.

O trabalho consistiu na coleta e tratativa de dados de pessoas jurídicas e pessoas físicas pré-definidas pela auditoria forense independente. O escopo contemplou a revisão de Integrity Due Diligence (IDD) dos fornecedores selecionados com objetivo de: (i) identificar a idoneidade e reputação dos fornecedores; (ii) identificar se há algum tipo de vínculo entre os fornecedores e nomes de envolvidos em algum tipo de esquema de corrupção; e (iii) identificar possíveis conflitos de interesse entre os fornecedores e profissionais da Mesa e suas respectivas subsidiárias.

Em 7 de maio de 2018, foi contratada a "FASE III", contendo o mesmo objetivo e escopo das demais propostas, entretanto, as análises seriam realizadas nos documentos localizados pela atual Administração da Mesa. Para a FASE III, além das análises documentais realizadas nos documentos disponibilizados, a fim de obter evidências e informações adicionais, foi realizada uma visita "in loco" na sede da Usina Pernambuco III, controlada direta da Mesa, atualmente em pleno funcionamento.

Considerando o objetivo do escopo do trabalho, para as FASES I e II, a auditoria forense independente não encontrou qualquer ilicitude, porém apontou que o controle interno da Mesa apresentava algumas fragilidades, dada a existência de pagamentos de alto risco, ausência de aplicação de processos de resolução de conflito de interesses, ou políticas claras que orientassem os processos de cotação e aquisição, relacionado à contratação de fornecedores.

Entretanto, a Mesa vem envidando esforços na melhoria contínua de seus procedimentos, introduzindo controles para assegurar a aplicação dos princípios de competitividade, confidencialidade, segregação de funções, rastreabilidade do processo de compras e conformidade em geral, para superar, de forma tempestiva, as deficiências apontadas no relatório inicial.

Adicionalmente, em 23 de novembro de 2017, a Mesa formalizou a contratação de uma segunda empresa de auditoria forense independente para realizar uma auditoria independente de usos e fontes, em conjunto com uma empresa de engenharia independente, com o objeto de prestação dos serviços de análise financeira e técnica, com a intenção de avaliar e validar os recursos investidos e aplicados na Mesa, bem como a aplicação destes recursos abrangendo, mas não se limitando a, aplicações em projetos, eventuais mútuos, equity e dívida comercial. O período de análise avaliado foi de janeiro de 2006 a setembro de 2017. Os trabalhos de auditoria independente de usos e fontes, foram concluídos e seu relatório emitido julho de 2018, sem novos assuntos relevantes comparados aos já expressados anteriormente nas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

Multiner S.A.

A Multiner S.A. ("Multiner"), empresa do Grupo Econômico da Companhia, em 29 de setembro de 2016, contratou uma empresa de auditoria independente para realizar o processo de investigação sobre as contas da Multiner e suas investidas dos exercícios de 2015 e 2016 ("FASE I"), e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014 (FASE II). Estes trabalhos tiveram por objetivo realizar investigações forense visando obter informações sobre possíveis não conformidades e/ou eventuais ilicitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços nos períodos. Em dezembro de 2017, foram finalizados os trabalhos em campo e em março de 2018 a Multiner recebeu o relatório final, sem novos assuntos relevantes comparados aos já expressados anteriormente nas demonstrações financeiras. O relatório final da investigação independente foi apresentado em 03 de setembro de 2018 ao Ministério Público Federal.

Adicionalmente, em 23 de novembro de 2017, a Multiner formalizou a contratação de uma segunda empresa de auditoria forense independente para realizar uma auditoria de usos e fontes, em conjunto com uma empresa de engenharia independente com o objeto de prestação dos serviços de análise financeira e técnica, com a intenção de avaliar e validar os recursos investidos e aplicados na Multiner, bem como a aplicação destes recursos abrangendo, mas não se limitando a, aplicações em projetos, eventuais mútuos, equity e dívida comercial. O período de análise avaliado foi de janeiro de 2006 a setembro de 2017. Os trabalhos de auditoria independente de usos e fontes, foram concluídos e seu relatório emitido julho de 2018, sem novos assuntos relevantes que já não haviam sido anteriormente identificados nas demonstrações financeiras.

Reorganização Financeira

Em 28 de março de 2012, a Bolognesi Energia e Brasilterm Energia (o "Grupo Bolognesi") firmaram o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o "Contrato de Reorganização"), tendo como intervenientes, além da própria Multiner, os seguintes: **(i)** Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos; **(ii)** Fundação Petrobras de Seguridade Social; **(iii)** Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social; **(iv)** Instituto Infraero de Seguridade Social; **(v)** Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal; **(vi)** Fundação de Previdência dos Empregados da CEB (em conjunto, os "Fundos de Pensão"); e **(vii)** Bolognesi Engenharia Ltda.; **(viii)** Bolognesi Infraestrutura Ltda. O Contrato de Reorganização foi posteriormente aditado em 14 de julho de 2014.

O objeto do Contrato de Reorganização foi o de viabilizar a continuidade operacional da Multiner e de suas controladas, por meio do aporte de recursos e ativos, alongamento de endividamentos, criação da Mesa Participações S.A. para que houvesse aporte de ativos, conversão de dívida em capital e assunção de mútuos para posterior permuta de créditos e débitos, equalização de participações, além da assunção de avais dos antigos controladores pelo Grupo Bolognesi, dentre outras. Adicionalmente, tal Contrato é o centro gravitacional entre as obrigações cruzadas havidas entre Multiner, Mesa, FIP Multiner, Fundos de Pensão e Grupo Bolognesi.

Parte das obrigações previstas no Contrato de Reorganização ainda não foram adimplidas pelas partes, tais como conversão de dívida em capital, aporte de capitais, equalização de participações, permuta de crédito com débitos, entre outras. Em 2017, as partes trocaram correspondência sobre uma reunião de conciliação. Contudo, a conciliação não foi concluída e, nos termos do Contrato de Reorganização, em caso de divergência entre as partes a mesma seria submetida à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP/FIESP), de acordo com o seu regulamento em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem.

Assim sendo, foi instaurada em 19 de dezembro de 2017 arbitragem na Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo ("Câmara CIESP"), conforme regulamento da Multiner em vigor, sob o número 520 ("Procedimento Arbitral CMA 520") que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização tanto entre os acionistas quanto entre os intervenientes anuentes.

Em abril de 2019 foi firmado o Termo de Arbitragem, e subsequente apresentação de eventuais objeções à jurisdição, tendo o tribunal decidido quanto à jurisdição no sentido de que todas as partes do Contrato de Reorganização estariam sujeitas ao tribunal arbitral. Neste sentido, as obrigações dispostas em tal

Notas Explicativas

Contrato, e aquelas que orbitam tal Contrato, relativas às obrigações cruzadas entre Multiner, Mesa, FIP Multiner, Fundos de Pensão e Grupo Bolognesi estão sub judice, aguardando posicionamento das partes para que haja decisão final vinculativa.

Ao longo do ano de 2020 e 2021 houve regular andamento da Arbitragem, tendo ocorrido audiência virtual, apresentação de valores em discussão para apuração do valor da causa, oitiva de testemunhas em audiência específica, solicitação de documentação adicional por todas as partes, suspensão da exigibilidade de determinados créditos contra Multiner, dentre outros atos relativos ao normal andamento do procedimento.

Ao final de 2021 foram apresentadas as alegações finais de todas as partes e respectivas respostas e até a data de apresentação destas informações financeiras do exercício social de 2021 não ocorreram outros eventos significativos no curso do procedimento arbitral.

Covid – 19

Impactos

A Administração da Companhia vem acompanhando atentamente as informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) bem como do Ministério da Saúde do Brasil e as notícias acerca do novo Coronavírus (Covid-19), assim como as relações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia brasileira e global.

Visto o contexto o qual a Companhia está inserida, não foi observado, impacto relevante, riscos ou incertezas nos negócios da Companhia. Embora não seja possível, prever com exatidão a extensão, severidade e duração dos impactos, a Administração entende que até a data de apresentação destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócios e a mensuração de seus ativos e passivos.

A Administração da Companhia segue observando e monitorando o desenvolvimento da pandemia proveniente da Sars-Cov2, bem como os casos da variante da nova cepa Ômicron.

No exercício de 2021, com a finalidade de evitar contaminação de colaboradores diretos e indiretos no ambiente de trabalho e atendendo aos cuidados determinados pela OMS, foram adequadas as atividades desempenhadas pelos integrantes das áreas administrativas, que passaram a executar suas atividades de forma remota e, para as atividades desempenhadas nas áreas operacionais e nas áreas administrativas, onde não for possível estabelecer o trabalho remoto, foi realizado o monitoramento constante dos cenários, destacando-se: **(i)** a liberação imediata de pessoas no grupo de risco para o trabalho remoto; **(ii)** a disponibilização de recursos de segurança, tais como máscaras e álcool gel, em todos os pontos de trabalho; **(iii)** o reforço e aumento da frequência da rotina de higienização/limpeza em todos os pontos de trabalho; **(iv)** o escalonamento de horários para utilização de refeitórios; a comunicação constante com orientações e dicas de prevenção e outras informações sobre a Covid-19.

Adicionalmente, visto a evolução e ampliação do cenário de vacinação, a Companhia instituiu o monitoramento e o mapeamento do quadro de vacinação dos colaboradores das áreas administrativas e operacionais, garantindo a vacinação de todo o quadro de colaboradores.

2. Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2022.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

2.3. Informação por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica, na condição de produtor independente, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informações por segmento para suas análises.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e transações com partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

2.5. *Impairment* de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.6. Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, tais como frete, tributos e armazenamento.

2.7. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

A depreciação é calculada com base na vida útil estimada dos bens. Considerando que a Companhia espera utilizar os ativos enquanto houver contrato de venda de energia de longo prazo - PPA, a vida útil estimada está limitada a 2027, quando se encerra esse contrato.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

2.8. Provisão para pesquisa e desenvolvimento

Os encargos destinados a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento ("P&D") estão estabelecidos na Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, e regulamentados pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. O P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), afim de custear os estudos e pesquisas de planejamento e expansão do sistema energético, bem como, os estudos de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais elétricos.

2.9. Fornecedores

Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

Notas Explicativas

2.10. Partes relacionadas

Referem-se a operações com partes relacionadas decorrentes principalmente de suporte financeiro recebido pela Companhia em decorrência de sua baixa liquidez ou estoque em poder de terceiros (Nota Explicativa nº 15).

2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos.

A Companhia possui saldo de R\$ 73.376 referente a prejuízo fiscal e base negativa de cálculo da contribuição social que foram gerados nos últimos anos para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação.

2.12. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados por meio de leilões de energia e preveem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia por um determinado período, geralmente por vários anos. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos de energia reserva (receita fixa) e sob demanda da ONS (receita variável). A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

2.13. Impostos sobre receita

As receitas de vendas estão sujeitas a 1,65% de PIS - Programa de Integração Social e a 7,6% de Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

2.14. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- a) **Contratos Onerosos** – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- b) **Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)** – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- c) **Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3)** – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- d) **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)** – A partir de 1º de janeiro de 2023; e
- e) **IFRS 17 Contratos de Seguros** - A partir de 1º de janeiro de 2023.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissa contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir.

Vida útil e valor recuperável dos ativos não financeiros (Nota Explicativa nº 9)

O imobilizado é depreciado durante sua vida útil econômica, levando em consideração a taxa de depreciação estabelecida pela Aneel e limitada ao período do PPA, período em que a Companhia espera utilizar os ativos, de acordo com as melhores estimativas da Administração. A cada data de reporte, a Administração analisa e avalia indicadores de "impairment" dos ativos, com base no seu julgamento, experiência e dados de mercado.

Reconhecimento de provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 17)

A Companhia utiliza a opinião dos assessores jurídicos para constituir provisão sobre passivos contingentes. Os processos são avaliados mensalmente e as provisões são reconhecidas quando é provável o desembolso de caixas futuro, sendo realizada análise individual dos processos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Bancos - conta corrente (i)	12.633	5
Aplicações financeiras (i)	5.916	335
Total	18.549	340

- (i) O saldo apresentado em Caixa e equivalente de caixa encerrou o exercício de 2021 com R\$ 18.549 frente a R\$ 340 em 2020. A variação de R\$ 18.209 é consequência do recebimento da receita variável do exercício de 2021, decorrente da geração de 76.878 MWh (*) acumulada. O cenário hidrológico escasso do país em 2021 exigiu a ativação das usinas térmicas. O saldo de caixa e equivalente será utilizado para honrar os financiamentos de curto prazo da companhia (vide Nota Explicativa nº 11) adquiridos para fazer frente a necessidade de aquisição antecipada de óleo combustível (R\$ 57.999 vide Nota Explicativa nº 20).

As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento com o próprio emissor, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 99,25% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (101,99% do CDI, em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

5. Contas a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$64.685 (R\$22.699, em 31 de dezembro de 2020), decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS (parcela de receita variável). Para estes recebíveis, não foi necessário o registro de perda esperada com créditos. Em 2021 o aumento se dá em decorrência da geração de energia conforme despacho. (Vide Nota Explicativa nº 1).

O saldo de contas a receber advém do suprimento de energia elétrica aos clientes da Companhia, cujo prazo médio de recebimento é de até 30 dias.

6. Tributos a recuperar

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
IRPJ	355	355
IRRF	93	37
CSLL	157	157
PIS/COFINS (i)	519	1.474
Outros	29	29
Total	<u>1.153</u>	<u>2.052</u>

Os valores constantes em tributos a recuperar são oriundos da retenção de IRRF sobre os resgates de aplicação financeira e PIS e Cofins sobre compra de óleo combustível e compra de materiais, na alíquota total de 9,25%, além de IR, CS, PIS e Cofins, na alíquota total de 5,85%, aplicável às vendas de energia elétrica para órgãos da Administração pública.

- (i) A redução do saldo a recuperar de PIS e Cofins ocorreu em virtude da utilização dos créditos na compensação dos impostos a recolher.

7. Estoques

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Óleo combustível pesado (HFO - <i>Heavy Fuel Oil</i>) (i)	18.321	7.242
Peças para manutenção	10.301	10.025
Estoque de peças em poder de terceiros	206	208
Total	<u>28.828</u>	<u>17.475</u>

- (i) O aumento dos estoques de óleo combustível em 31 de dezembro de 2021, quando comparado ao saldo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, dá-se ao aumento de geração de energia (variável), conforme (Nota Explicativa nº 1).

Notas Explicativas

8. Depósitos vinculados - contas reserva

A Companhia comprometeu-se a manter seus recursos depositados em contas bancárias, cujos respectivos direitos creditórios referentes às receitas fixas e variáveis dos Contratos de Compra e Venda de Energia foram concedidos fiduciariamente, respectivamente: **(i)** ao Agente Financeiro - Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante dos debenturistas e em benefício destes; e **(ii)** ao Banco Itaú-Unibanco S.A., nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração média das contas reservas é de 99,25% do CDI (101,99% do CDI, em 31 de dezembro de 2020).

A composição do saldo é a seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Conta centralizadora (a)	17.510	11.883
Contas de provisionamento e reserva de serviço de dívida (b)	12	12
Conta reserva garantia (ONS) (c)	2.431	2.323
Total	19.953	14.218

(a) Refere-se à conta centralizadora de recebimento de receitas;

(b) Reserva constituída para direcionamento das receitas variáveis e repasse aos debenturistas, conforme acordo; e

(c) Refere-se aplicação financeira cedida em favor do Banco ABC em decorrência de emissão de fiança bancária para o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Após a declaração de vencimento antecipado das debêntures em 1º de setembro de 2017, a

movimentação das contas tornou-se possível em função de decisão de Tutela antecipada, em 14 de setembro e 17 de outubro de 2017, determinando que o Agente Fiduciário se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R\$7,5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal. Em 09 de agosto de 2018, em Assembleia Geral de Debenturista ("AGD") a Companhia e os Debenturistas entraram em acordo de suspensão da ação judicial, e determinaram o compartilhamento dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora na seguinte proporção:

- (i)** 66,17% (sessenta e seis e dezessete centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a PIII;
- (ii)** 31,33% (trinta e um inteiros e trinta e três centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas; e
- (iii)** 2,5% (dois inteiros e cinco décimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora serão retidos e/ou depositados judicialmente nos autos do Processo nº 0248598-71.2015.8.19.0001, em trâmite na 52ª Vara Cível do Rio de Janeiro ("Processo do Rio de Janeiro"), enquanto vigorar a decisão judicial proferida naquele Juízo.

No exercício de 2021 o referido acordo permaneceu válido conforme renegociação amigável junto aos credores, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturista ("AGD").

Notas Explicativas

9. Imobilizado

a) Composição do saldo

Itens	Taxa de depreciação	31.12.2021		31.12.2020
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Usinas - Imobilizado em serviço		449.512	(216.199)	233.313
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,10%	35.656	(18.271)	17.385
Máquinas e equipamentos	7,10%	413.651	(197.781)	215.870
Veículos	14,29%	87	(87)	-
Móveis e utensílios	16,65%	118	(60)	58
Usinas - imobilizado em curso		7.133	-	7.133
Material em depósito		7.133	-	7.133
Imobilizando a classificar		-	-	2
Total do Imobilizado		456.645	(216.199)	240.446

b) Mutação do Imobilizado

	31.12.2020	Adições	Transferências / Reclassificações	Depreciação	Ajuste	Baixas	31.12.2021
Usinas - Imobilizado em serviço	267.524	86	-	(34.302)	32	(27)	233.313
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.279	-	-	(2.894)	-	-	17.385
Máquinas e equipamentos	247.169	86	-	(31.385)	-	-	215.870
Veículos	30	-	-	(3)	-	(27)	-
Móveis e utensílios	46	-	-	(20)	32	-	58
Usinas - imobilizado em curso	7.135	174	(176)	-	-	-	7.133
Material em depósito	7.133	-	-	-	-	-	7.133
Imobilizando a classificar	2	174	(176)	-	-	-	-
Total do Imobilizado	274.659	260	(176)	(34.302)	32	(27)	240.446

Notas Explicativas

A Companhia adota como depreciação o método linear, com base na vida útil estimada dos bens, limitada ao período do *Power Purchase Agreement (PPA)*.

Do ativo imobilizado, dois transformadores de força de 10 até 350 KVA com valor contábil de R\$6.067 são dados em garantia de operação com o Banrisul (Nota Explicativa nº 14).

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia efetuou estudo, de acordo com o CPC 01 (R1) / (IAS 36), para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação (teste de *impairment*).

As premissas gerais adotadas foram:

- **Data-base da avaliação:** 31 de dezembro de 2021;
- **Metodologia:** método da renda - fluxo de caixa livre para o acionista descontado;
- **Período de projeção:** de 1º janeiro de 2020 até o final do período do *Power Purchase Agreement - PPA* (31/12/2027);
- **Moeda de projeção:** os fluxos de caixa foram projetados em reais (R\$) em termos nominais (considerando a inflação);
- **Taxa de desconto:** calculada através da metodologia do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), levando em consideração a estrutura de capital médio. O fluxo de caixa foi descontado pelo Custo do Capital Próprio em termos nominais, chegando-se a uma taxa de desconto de 10,36% para a Companhia; e
- **Ajustes:** ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa.

Diante dos estudos realizados, a Companhia não identificou no período fatores que indiquem a necessidade de ajuste de perdas por *impairment* para a data base destas demonstrações financeiras em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

10. Direito de uso e passivo de arrendamento mercantil

Em atendimento ao CPC 06 (R2) / (IFRS 16), a Companhia reconhece contabilmente os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- (i) Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses; e
- (ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a locação de terrenos onde está localizada a usina.

As movimentações do direito de uso e do respectivo passivo de arrendamento ocorridas no trimestre findo em 31 de dezembro de 2021 são:

	Ativo	
	31.12.2021	31.12.2020
Saldos inicial	4.463	5.217
Amortização	(754)	(754)
Saldo final	3.709	4.463

Notas Explicativas

	Passivo	
	31.12.2021	31.12.2020
Saldos inicial	5.172	5.667
Variação Monetária	711	784
Pagamento	(1.386)	(1.279)
Saldo final	4.497	5.172
Circulante	915	631
Não Circulante	3.582	4.541

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos da Companhia, aplicou-se a taxa de desconto de 16,04% a.a., projetada com base no IGPM, pois a taxa de juros não se encontra explícita nas informações disponíveis em contrato. Adicionalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos, a Companhia considerou como prazo o período de concessão do complexo 94 meses, ou seja, prazo findo em 31/10/2026.

Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2021 são conforme segue:

	Fluxo de Pagamento		
31 de dezembro de 2021	Fluxo Contratado	Até 12 meses	De 2 a 5 anos
Passivo de arrendamento	4.748	644	4.104

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA projetado de 13,19% a.a. para 2022 divulgado no Focus (relatório de mercado do Banco Central do Brasil), e representam os seguintes montantes:

	Direito de uso
	31/12/2021
Fluxo real	
Direito de uso	4.463
Depreciação	(754)
Fluxo inflacionado	
Direito de uso	4.027
Depreciação	(819)
	Passivo de arrendamento
	31/12/2021
Fluxo real	
Passivo de arrendamento	4.497
Despesa financeira	(711)
Fluxo inflacionado	
Passivo de arrendamento	4.993
Despesa financeira	(727)

Notas Explicativas**11. Fornecedores**

	31.12.2021	31.12.2020
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas (Nota explicativa nº 16)	2.100	2.099
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	-	8
Encargo de uso do sistema de transmissão - EUST	1.422	2.170
Materiais e serviços (i)	122.435	78.466
Total	125.957	82.743
Circulante	84.326	32.536
Não Circulante	41.631	50.207

(i) Na rubrica de materiais e serviços temos valores renegociados com os fornecedores a seguir:

- Em 14 de setembro de 2017 havia o montante em aberto de R\$14.600 com os fornecedores Wartsila Finland OY, Wartsila Services Switzerland Ltda. e Wartsila Brasil Ltda., decorrente do fornecimento de materiais e serviços para a operacionalização da usina. A Companhia firmou acordo para pagamento em 108 prestações mensais e consecutivas do saldo em aberto, que será corrigido pela variação positiva do IPCA. O pagamento das parcelas iniciou em janeiro de 2019 e com previsão de término em dezembro de 2027. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto de R\$11.766 (R\$12.934 em 31 de dezembro de 2020).
- Em 01 de março de 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor Petrobras Distribuidora S.A. para pagamento em 96 prestações mensais e sucessivas do saldo em aberto no montante de R\$48.973, corrigidas pelo IPCA, vencendo-se a primeira em 15/01/2020 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, decorrente do fornecimento de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto de R\$36.720 (R\$43.408 em 31 de dezembro de 2020).
- Em 02 de outubro 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor BP Products North América Inc, fornecedor de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. O saldo devedor na data da negociação foi de R\$ 8.209, sendo pago em 25 de outubro de 2019 o montante de R\$ 4.130, o saldo restante renegociado em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas a partir de 25 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto de R\$6.635 (R\$5.556 em 31 de dezembro de 2020).
- No exercício corrente, a Companhia firmou acordo com o fornecedor BP North America Petroleum para fornecimento de óleo combustível para fazer frente a entrega do despacho de energia. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto de é R\$ 65.591, o que justifica a variação no saldo, quando comparado a 2020.

Notas Explicativas**12. Obrigações tributárias**

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.278	870
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	469	5.377
PIS e COFINS s/faturamento	1.386	4.242
Parcelamento Ordinário (pis e cofins) (i)	6.257	-
Outros tributos e contribuições retidos na fonte	194	167
Outros tributos	1.135	1.313
Total	10.719	11.969
Circulante	5.944	11.969
Não circulante PIS e COFINS	4.775	-

- (i) Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o parcelamento de PIS e Cofins do período de setembro a dezembro de 2020 em aberto em 60 parcelas mensais e consecutivas e possui término previsto para fevereiro de 2026. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.014, corrigido pela Selic.

Em 28 de maio de 2021, a Companhia realizou o parcelamento de PIS e Cofins do período de janeiro a março de 2021 em aberto em 60 parcelas mensais e consecutivas e possui término previsto para maio de 2026. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.343, corrigido pela Selic.

Em 29 de junho de 2021, a Companhia realizou o parcelamento de PIS e Cofins do período de abril de 2021 em aberto em 60 parcelas mensais e consecutivas e possui término previsto para junho de 2026. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 900, corrigido pela Selic.

Notas Explicativas

13. Empréstimos e financiamentos

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Financiadores / Credores	Valor Contratado	31.12.2021	31.12.2020
		Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Circulante
Itaú Unibanco	69.521	-	108.228
Across	69.521	112.879	-
Daycoval	30.000	30.577	-
		143.456	108.228

b) Principais características dos empréstimos e financiamentos:

Financiadores / Credores	Valor Contratado	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Início	Término	31.12.2021			31.12.2020		
							Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer
Across	69.521	Capital Giro	5,75% a.a + CDI	28/10/16	28/10/16	21/03/18	1	-	1	1	-	1
Daycoval	30.000	Capital Giro	0,40% a.m. + CDI	08/11/21	08/11/21	07/04/22	1	-	1	-	-	-

(*) Não houve renegociação da dívida. Em março de 2018, houve o vencimento da dívida referente à Cédula de Crédito Bancário (CCB) e em abril de 2018, começou a amortização por meio de execução de garantias vinculadas à receita variável conforme instrumento particular de cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios nº 854800360950.

Em 29 de junho de 2021, a Companhia foi comunicada pela Across sobre a cessão de crédito entre Itaú Unibanco S.A ("Cedente") e Across Recuperação de Crédito Ltda ("Cessionária") referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão do crédito nº 687614(101116100005600).

Notas Explicativas

Em 1º de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários sobre o vencimento antecipado automático das Debêntures (Nota Explicativa nº 17). Conforme cláusulas de vencimento antecipado dos contratos de empréstimos e financiamentos, as demais dívidas também podem ser consideradas vencidas antecipadamente diante da notificação de vencimento antecipado de outra dívida financeira. Por esse motivo, o saldo dos empréstimos e financiamentos de vencimentos de longo prazo foi reclassificado em sua integralidade para o passivo circulante.

Movimentação de empréstimos e financiamentos

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	108.228	101.662
Captação de empréstimos (i)	29.634	-
Atualização de empréstimos	11.563	8.864
(-) Pagamentos de juros	(5.969)	(2.298)
Saldo final	143.456	108.228

Garantias e cláusulas restritivas

Across

Como garantia da operação com o Across, utilizada como capital de giro para a compra de Óleo HFO, são concedidos: **(a)** avais pelos seguintes avalistas: Ronaldo Marcelo Bolognesi, Hidrotérmica S.A., Bolognesi Energia S.A., Bolognesi Infraestrutura Ltda., Bolognesi Empreendimentos Ltda. e Bolognesi Engenharia Ltda., e **(b)** cessão fiduciária de direitos creditórios referentes à receita variável dos contratos de compra e venda de energia.

14. Pesquisa e desenvolvimento

	FNDCT	MME	P&D	TOTAL
Saldo em 31.12.2020	10.831	5.432	9.559	25.822
Provisão	1.335	655	1.335	3.325
Juros	1.299	661	-	1.960
Multa	20	10	-	30
Atualização Selic	-	-	343	343
Pagamentos	(1.272)	(646)	-	(1.918)
Saldo em 31.12.2021	12.213	6.112	11.237	29.562

Refere-se a encargo destinado a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento nos termos da Lei nº 9.991, de 2000, e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316, de 2008, e nº 504, de 2012, e normas correlatas. O encargo de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Notas Explicativas

15. Partes relacionadas

	31.12.2021			31.12.2020	
	Empréstimo Ativo	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimo Passivo	Empréstimo Ativo	Empréstimo Passivo
Estoques em poder de terceiros	206	-	-	208	-
Borborema Energética S.A. (ii)	206	-	-	208	-
Partes relacionadas	36.272	2.726	42.466	40.012	41.853
Bolognesi Engenharia (v)	1	-	-	1	-
Flame Nova Aratu Holdings S.A	-	23	-	-	-
Companhia Energética Rio da Prata - CERP (v)	230	-	-	230	-
Bioenergia Ger. Com. Energia do Nordeste S.A. - BEN (v)	94	-	-	94	-
Hidrotermica S.A. (v)	245	513	-	285	-
Hidrotermica Comercializadora S.A	-	105	-	-	-
Central Energética Palmeiras S.A. - CEPASA (iv)	19.475	-	-	23.175	-
Bolognesi Energia S.A. (v)	-	-	6.060	-	6.060
Brasilterm Energia S.A. (v)	-	-	54	-	54
Da Ilha Energética S.A. (v)	-	61	9	-	9
Boa Fé Energética S.A	-	486	-	-	-
São Paulo Energética S.A. (v)	-	60	6	-	6
Criuva Energética S.A	-	91	-	-	-
Serrana Energética S.A	-	97	-	-	-
Serra Verde Energética S.A. (v)	-	-	26	-	26
Vêneto Energética S.A. (v)	-	271	6	-	6
Autódromo Energia S.A. (v)	-	714	216	-	216
Multiner S.A. (iii)	-	-	33.126	-	33.126
Borborema Energética S.A. (ii)	16.227	101	2.963	16.227	2.350
Maracanaú Geradora de Energia S.A	-	204	-	-	-
Fornecedores	-	-	2.099	-	2.099
Hidrotermica Comercializadora de Energia S.A. (i)	-	-	2.099	-	2.099
Total	36.478	2.726	44.565	40.220	43.952

	31.12.2021		31.12.2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Serviços compartilhados	-	2.726	-	-
Empréstimos	36.272	42.466	40.012	41.853
Saldo final	36.272	45.192	40.012	41.853

- (i) A Companhia comercializou energia elétrica com a Hidrotermica Comercializadora de Energia S.A. no ambiente de contratação livre. Foram vendidos 5,52 megawatts médios de energia elétrica e comprados 14,52 megawatts médios. A energia foi adquirida para recomposição de lastro afim de manter índices de disponibilidade necessários para evitar incidência de penalidades associadas ao cumprimento da garantia física da usina.

A partir de outubro de 2016, com a obtenção de liminar que veda à Aneel a aplicação de qualquer sanção à Companhia, em decorrência de indisponibilidade ou entrega a menor de energia, desde o atingimento de 12.577 horas de operação, não foi mais necessário recorrer à compra de energia para recomposição de lastro.

- (ii) A Companhia possui saldo de estoque (R\$16.227) que se refere a óleo combustível emprestado à parte relacionada Borborema Energética S.A. bem como empréstimos de peças (R\$147). Durante 2018, a Companhia reavaliou a forma de pagamento da dívida determinando que a devolução será feita pela Borborema através de pagamento e não de devolução do mesmo material.
- (iii) O saldo com a Multiner S.A. decorre de contrato de mútuo para o pagamento de despesas, com prazo de vencimento indeterminado e sobre o qual incide juros de 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Após 1º de janeiro de 2018, a Companhia deixou de remunerar o saldo devido a Arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP).
- (iv) O saldo ativo com a sua coligada Central Energética Palmeiras S.A. ("Cepasa") refere-se a concessão de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL dentro do programa de parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 766/17. Em fevereiro de 2021, a sua coligada saldou parcialmente o saldo em aberto no montante de R\$ 3.700.

Notas Explicativas

- (v) Com as demais partes relacionadas, a Companhia mantém relacionamento de mútuos sem incidência de correção monetária e juros.

Estrutura de custos compartilhada

A Companhia e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas a partir do ano de 2021.

Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é exercida pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. Ambos desistiram de receber remuneração direta na Companhia para contribuir com a recuperação operacional e financeira da Companhia.

Movimentação de partes relacionadas

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2020	40.012	41.853
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	(3.740)	-
Serviços compartilhados	-	2.726
Transferência de saldos	-	613
Saldo em 31.12.2021	36.272	45.192

16. Debêntures

O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Descrição	Encargos	31.12.2021	31.12.2020
Debêntures	9,11% a.a. + IPCA	585.165	522.627
Custo de transação		(6.740)	(7.865)
Total de debêntures circulante		578.425	514.762

O saldo de custos de transação com a emissão das debêntures é representado, principalmente, por gastos com advogados, auditores, coordenação da oferta e publicidade da distribuição. Os custos de transação foram contabilizados como redução dos valores recebidos, e vêm sendo amortizados ao resultado ao longo do prazo da dívida que os originaram e têm por base o método do custo amortizado. O saldo de dívida a pagar, líquido dos custos de transação, é atualizado pelo método dos juros efetivos ao longo dos períodos contratuais, com adição das multas e juros de mora em decorrência do vencimento antecipado.

A operação está garantida por: (i) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia; (ii) alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da emissora, detidas pela Mesa Participações S.A.; e (iii) alienação fiduciária dos equipamentos da Companhia.

Vencimento antecipado

Em assembleia realizada no dia 31 de agosto de 2017, os debenturistas, representando 56,94% das debêntures em circulação, por unanimidade dos presentes, deliberaram pela não renovação de “waiver” referente à amortização das debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries.

Notas Explicativas

Em 1º de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional em quatro séries da Termelétrica Pernambuco III sobre o vencimento antecipado automático das debêntures nessa data. Com a notificação de vencimento antecipado, o agente fiduciário passou a bloquear os recebíveis e excutirá a garantia da totalidade da receita fixa no repagamento das debêntures. Com o vencimento antecipado, houve o bloqueio de todos ativos financeiros da Companhia.

No dia 04 de setembro de 2017, foi efetuado o pagamento proporcional no valor total de R\$41.092 das debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries. Devido à falta de recursos disponíveis pela Companhia, o pagamento do saldo remanescente de R\$314.530 não pode ser efetuado. Devido ao não pagamento do saldo remanescente, está sendo aplicado o disposto na cláusula 6.20 da escritura de emissão referente aos encargos moratórios (multa de 2% e juros de 1% ao mês), bem como retroação das parcelas vencidas à data de vencimento original.

Via liminar, assinada em 14 de setembro de 2017, houve o deferimento parcial do pedido de tutela de urgência para determinar o desbloqueio dos valores recebidos em 15 de setembro e 30 de setembro de 2017.

Em 17 de outubro de 2017, houve Decisão de Tutela Antecipada proferida pela 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, Foro Central Cível, determinando que o agente fiduciário se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R\$ 7.5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal.

Em 03, 04 e 10 de outubro e 24 de novembro de 2017, 08, 11 e 24 de janeiro, 1º de fevereiro, 02 e 22 de março, 03 de maio, 07 de junho, 04 e 19 de julho, 09 de agosto e 04 de setembro de 2018 houve a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, entre outros, sobre: **(i)** sustar os efeitos do vencimento automático, notificado em 1º de setembro de 2017, em razão do risco noticiado pela Companhia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescente aos debenturistas; **(ii)** liberar e/ ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à amortização, juros e encargos moratórios pela Companhia; **(iii)** autorizar a liberação dos recursos das contas reservas e provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; **(iv)** alterar as datas e percentuais de amortização das debêntures.

Na Assembleia Geral de Debenturistas ocorrida em 09 de agosto de 2018 (décima quinta data), os debenturistas representando 53,72% (cinquenta e três inteiros e setenta e dois centésimos por cento) das debêntures em circulação, por unanimidade, deliberaram pela aprovação do acordo negociado entre a Companhia e os assessores jurídicos e financeiros dos Debenturistas, visando resguardar os interesses dos Debenturistas e a suspensão temporária no Processo São Paulo, nos termos da minuta de petição conjunta anexa à ata, que foi protocolada nos autos do Processo São Paulo, a qual foi inteiramente aprovada pelos Debenturistas nesta assembleia. Nos termos do acordo, os valores apurados e depositados mensalmente na Conta Centralizadora (Nota Explicativa nº 7), serão divididos da seguinte forma:

- a) 66,17% (sessenta e seis inteiros e dezessete centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a Companhia;
- b) 31,33% (trinta e um inteiros e trinta e três centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas; e
- c) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora serão retidos e/ou depositados judicialmente nos autos do Processo nº 0248598-71.2015.8.19.0001, em trâmite na 52ª Vara Cível do Rio de Janeiro ("Processo do Rio de Janeiro"), enquanto vigorar a decisão judicial proferida naquele Juízo.

Notas Explicativas

Em relação ao item **(ii)** da ordem do dia: aprovar as medidas necessárias e métodos a serem utilizadas para subsidiar eventuais despesas da Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos gastos com medidas judiciais e extrajudiciais: deliberaram por autorizar o Agente Fiduciário a realizar consulta aos órgãos reguladores, incluindo, mas não se limitando, à CVM e à Anbima sobre pedido de esclarecimento a respeito da impossibilidade de processamento de pagamento no sistema da B3. Em relação ao item **(iii)** da ordem do dia: deliberaram pela suspensão, devendo a Assembleia ser reaberta em 04 de setembro de 2018, às 10:30h horas, no mesmo local. Em relação ao item **(iv)** da ordem do dia: autorizam a prática, pelo Agente Fiduciário, de eventuais medidas necessárias relacionadas às deliberações dos itens **(i)** e **(ii)** acima.

A Companhia reconhece a validade e eficácia das Debêntures e de suas garantias fiduciárias, especialmente, mas não se limitando, em relação a registro e quaisquer outras formalidades necessárias à higidez dos títulos.

Fica consignado pelos Debenturistas que, eventuais debenturistas, titulares de debêntures em circulação, que não estiveram presentes até a suspensão dos trabalhos desta Assembleia serão admitidos na retomada dos trabalhos e terão assegurados seus direitos de participação e deliberação das matérias da Ordem do Dia até o encerramento da Assembleia. Os Debenturistas, neste ato, eximem o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade em relação à presente consignação. Qualquer orientação em sentido contrário ora acima disposto somente será válida, vinculante e exigível do Agente Fiduciário se deliberada, em sede de assembleia, com o mesmo quórum exigido para tanto.

Os Debenturistas declararam que na presente data são detentores das Debêntures e que se enquadram no conceito de "Debêntures em Circulação" contido na cláusula 9.6 da Escritura de Emissão.

Por fim, os Debenturistas reafirmam que a presente manifestação não representa renúncia ou novação às garantias constituídas em seu favor e, não afeta, em qualquer medida ou extensão, o direito de crédito consubstanciado nas debêntures emitidas pela Emissora, de qualquer forma.

Em 11 e 23 de janeiro de 2019 houve a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, entre outros, sobre: **(i)** sustar os efeitos do vencimento automático, notificado em 1º de setembro de 2017, em razão do risco noticiado pela Companhia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescente aos debenturistas; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à amortização, juros e encargos moratórios pela Companhia; **(iii)** autorizar a liberação dos recursos das contas reservas e provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; **(iv)** alterar as datas e percentuais de amortização das debêntures.

Notas Explicativas

Assembleia Geral de Debenturistas

Foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas nos dias 05 de fevereiro, 02 e 08 de março, 1º de abril, 08 de junho, 06 de julho, 11 e 17 de agosto, 05 de outubro e 07 de dezembro de 2021, todas às 09 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** sustar os efeitos do Vencimento Automático, notificado pelo Agente Fiduciário em 01/09/17, em razão do risco noticiado pela Cia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescentes aos Debenturistas; Deliberação **(i)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à Amortização, Juros e Encargos Moratórios pela Cia; Deliberação **(ii)** Suspender o item e tratar na próxima AGD **(iii)** autorizar a Liberação dos Recursos das Contas Reservas e Provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; Deliberação **(iii)** a deliberação deste item foi tratada em Assembleia Geral de Debenturistas de 19 de fevereiro de 2020, 12 de maio de 2020 e 29 de junho de 2020; **(iv)** caso não aprovado o item **(i)** acima, autorizar o Agente Fiduciário, conforme a seguir definido, a retirar as Debêntures da B3, na qual se encontram registradas, em razão de disposições do regulamento da própria B3/CETIP, que exige que emissões vencidas antecipadamente, mesmo estando ainda vigentes, devam ser retiradas de seu ambiente, e, em ato contínuo, aprovar a contratação e/ou manutenção dos serviços de escrituração e banco mandatário, para que seja mantido o regular pagamentos dos debenturistas e acompanhamento de titularidade das Debêntures; deliberação **(iv)** a deliberação deste item foi tratada na Assembleia Geral de Debenturistas de 09 de agosto de 2018, às 10 horas **(v)** autorizar a adoção das medidas necessárias para a viabilização das deliberações tomadas em Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)**, **(ii)**, **(iii)** e **(iv)** da Ordem do Dia; Deliberação **(v)** Suspender o item e tratar na próxima AGD.

Foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas nos dias 14 de janeiro, 05 e 22 de fevereiro, 25 de março, 1º, 20 e 29 de abril, 07, 21 e 27 de maio, 08, 17 e 25 de junho, 06, 22 e 29 de julho, 17, 24 e 31 de agosto, 05 de outubro e 07 de dezembro de 2021, todas às 10 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** aprovar ou ratificar, conforme o caso, aditivo prevendo a renovação do acordo aprovado pelos Debenturistas na AGD, realizada em 09 de agosto de 2018 às 11 horas, e celebrado nos autos do processo nº 1091118-41.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 24ª Vara Cível de São Paulo/SP ; Deliberação **(i)** aprovaram a prorrogação do Acordo temporário vigente até o dia 10 de abril de 2021, conforme termos do acordo realizado na AGD de 09 de agosto de 2018; **(ii)** aprovar ou ratificar, conforme o caso, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD, exclusivamente com relação a responsabilidade por esta despesa, o termo de retificação e ratificação ("Termo de Rerrat") do contrato assinado em 05/02/18 entre Pentágono S.A DTVM; Deliberação **(ii)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; **(iii)** autorizar a renovação, do contrato do escritório de advocacia Pinheiro Guimarães Advogados mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação **(iii)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; **(iv)** autorizar a renovação, do contrato com o Assessor Financeiro mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação **(iv)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas 30 minutos; **(v)** reavaliar os valores retidos na Conta Centralizadora a título de Fundo de Reserva conforme deliberado na AGD realizada em 04/09/18, às 10 horas e 30 minutos; Deliberação **(v)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(vi)** autorizar o Agente Fiduciário a adotar eventuais medidas necessárias incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão, e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)** ao **(v)** da Ordem do Dia; deliberação **(vi)** suspender o item e tratar na próxima AGD.

A íntegra das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas encontra-se disponíveis no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Notas Explicativas

Pagamento de juros remuneratórios aos debenturistas

Em 15 de janeiro, 08 de fevereiro, 13 de abril, 13 de maio, 07 de junho, 09 de julho, 09 e 17 de agosto, 10 de setembro, 08 de outubro, 08 de novembro e 08 de dezembro de 2021 a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos encargos remuneratórios e moratórios, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de agosto de 2018 e fato relevante divulgado na mesma data. Os detalhamentos dos pagamentos são previamente informados aos detentores das Debêntures por meio de Aviso aos Debenturistas, 1 (um) dia antes do evento, no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Movimentação de debêntures

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	514.762	446.099
Pagamento de juros com conta reserva	(66.316)	(32.741)
Apropriação Juros	64.931	32.625
Atualização de debêntures	36.613	14.916
Multa sobre atraso no pagamento	27.311	52.885
Amortização de custo de transação	1.125	978
Saldo final	578.425	514.762

17. Provisão para passivos contingentes

a) Causas prováveis

Na avaliação da Administração, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existem ações e processos considerados como de provável perda.

b) Causas possíveis

A Companhia também tem ações de naturezas cível e tributária, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, conforme demonstrado no quando a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Cível (i)	16.487	14.495
Trabalhista	81	453
Regulatório (ii)	294.300	241.994
Tributário	464	-
Total	311.332	256.942

(i) Ação de execução de título executivo extrajudicial (0248598-71.2015.8.19.0001) em face da Companhia e outras pessoas jurídicas rés, diante de suposta taxa de sucesso contratual que a exequente faria jus proporcional, pela redução de custos com a compra de combustível para as usinas termelétricas. Houve indicação de bens para garantia do Juízo, os quais ainda não foram avaliados, razão pela qual foi determinado o depósito judicial mensal de 2,5% do faturamento de PIII o que foi realizado até abril de 2018, com alvará de levantamento expedido em setembro de 2018. Processo em fase de produção de prova pericial. A classificação de risco é possível no valor total de R\$ 14.631 (R\$ 13.097 em 31 de dezembro de 2020).

Ação de cobrança (5000289-87.2017.8.21.0001) ajuizada por ex-prestador de serviço, contra a Companhia, a Brasilterm Energia S.A. controladora indireta, Bolognesi Energia S.A controladora indireta e MESA controladora direta, na qual pleiteia o pagamento estabelecido em contrato de remuneração mensal. O processo está em fase inicial e em 31 de dezembro de 2021 o risco é classificado como possível no valor de R\$ 1.791 (R\$ 1.398 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

- (ii) A Companhia ajuizou em 2015 ação em face da ANEEL, para assegurar à Companhia: (i) o direito ao equilíbrio econômico-financeiro de outorga de geração de energia termelétrica, diante do acionamento da usina acima da previsão do edital; e (ii) a suspensão de penalidades pela entrega de energia a menor até que seja promovido o reequilíbrio. Os pedidos foram julgados improcedentes em 2018, com reforma no TRF, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos à origem para produção de prova pericial. A liminar concedida impede a aplicação de penalidade até o dia 08 de julho de 2020, com recurso da PIII pendente de julgamento. A classificação de risco na companhia, em 31 de dezembro de 2021, é possível no valor de R\$ 294.300 (R\$ 241.994 em 31 de dezembro de 2020).

18. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$171.047 sendo composto por 26.163 mil ações ordinárias nominativas.

A Bolognesi Energia S.A., acionista controlador indireto da Companhia, é polo passivo em ação judicial movida por terceiros que visa o reconhecimento judicial do seu direito de exercer contrato de opção de compra de ações correspondentes à 15% do capital social da Companhia ou percentual equivalente do capital de sua controladora direta, Mesa Participações S.A. O desfecho de tal ação poderá resultar em modificação no quadro de acionistas da Companhia ou de sua controladora direta.

Dado que o contrato de opção de ações não estava aprovado no livro de ações, a Administração da Companhia entende que o aporte de Mesa na Companhia, bem como a garantia do debenturista são válidos, cabendo à requerente opor direitos contra a Bolognesi Energia S.A., na hipótese de o judiciário concordar com o pleito da requerente.

	31.12.2021		31.12.2020	
	Milhares de ações	Participação (%)	Milhares de ações	Participação (%)
Mesa Participações S.A.	26.163	100	26.163	100

Prejuízo básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Prejuízo básico por ação	31.12.2021	31.12.2020
Prejuízo do período	(76.061)	(84.468)
Quantidade de ações (milhões)	26.163	26.163
Prejuízo básico por ação (em reais)	(2,91)	(3,23)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam diluição para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir da ação judicial descrita anteriormente.

Notas Explicativas

19. Receita operacional líquida

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita bruta de vendas		
Fixa	152.265	132.245
Variável (i)	73.606	15.718
Lastro	43.980	84.757
	269.851	232.720
Deduções da receita bruta		
Pis e cofins sobre faturamento - 9,25%	(24.894)	(21.280)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.939)	(1.878)
Descontos s/ vendas (ii)	-	(4.074)
	<u>(28.833)</u>	<u>(27.232)</u>
Receita operacional líquida	<u>241.018</u>	<u>205.488</u>

- (i) A variação é decorrente do despacho de energia, que no exercício de 2021 a Companhia disponibilizou ao Operador Nacional do Sistema ("ONS") o equivalente a 76.878 MWh (28.486 MWh em 31 de dezembro de 2020). Vide Nota Explicativa nº 1.
- (ii) Os descontos trata-se de penalidade DOMP (Despacho por Ordem de Mérito por Preço) retenção mensal dos resultados referente à apuração da Receita de Venda no mês de janeiro de 2020, no montante de R\$ 4.074.

20. Custos operacionais

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Compra Energia MCP (i)	(522)	(2.387)
Energia Elétrica - Lastro (ii)	(43.516)	(80.168)
Encargo de uso do sistema de transmissão (iii)	(14.241)	(13.303)
Pessoal	(7.081)	(7.115)
Combustíveis e lubrificantes (iv)	(57.999)	(16.869)
Materiais (v)	(2.855)	(4.046)
Serviços de terceiros	(1.978)	(2.391)
Armazenagem (vi)	(17.691)	(13.883)
Frete	(461)	(525)
Manutenção e conservação - <i>Overhaul</i>	(1.425)	(1.811)
Depreciação e amortização	(35.024)	(35.032)
Serviços de vigilância e limpeza	(740)	(564)
Seguros	(1.157)	(1.083)
Outros	(381)	(197)
Total de custos	<u>(185.071)</u>	<u>(179.374)</u>

- (i) A compra de energia MCP refere-se comercialização de energia elétrica contabilizada no curto prazo pela CCEE;
- (ii) Na rubrica compra de energia elétrica lastro refere-se à operação da Companhia objetivando a recomposição de energia devido a indisponibilidade do motor e para fazer frente a insuficiência de lastro acumulada nos últimos 12 meses, a redução se dá pela disponibilidade dos motores no exercício de 2021;
- (iii) Os encargos de uso do sistema de transmissão são relacionados ao transporte da energia da usina até os sistemas de distribuição;

Notas Explicativas

- (iv) O custo com combustíveis e lubrificantes referem-se à compra de insumos para atendimento ao despacho de energia na PIII, bem como consumo para geração de energia, o qual a Companhia disponibilizou 76.878 MWh em 2021 comparado a 28.486 MWh em 2020. (Vide Nota Explicativa nº 1);
- (v) A redução na rubrica refere-se a compra de materiais para manutenção no sistema elétrico realizado em 2021; e
- (vi) Os gastos com armazenagem estão relacionados à estocagem de óleo por terceiros. Quando há processo de transporte desse óleo estocado por terceiros, o custo fixo com armazenagem é classificado como custo dos estoques no ativo e é baixado via consumo de óleo na conta de combustíveis, e quando o custo fixo de armazenagem está relacionado a óleo que não está sendo utilizado na operação, esse custo é alocado como armazenagem.

21. Outras receitas (despesas) operacionais

a) Gerais e administrativas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Impostos e taxas	(96)	(62)
Despesas com pessoal (i)	(3.761)	(1.038)
Serviços de terceiros (ii)	(5.643)	(3.251)
Outros	(200)	(210)
Total de despesas	<u>(9.700)</u>	<u>(4.561)</u>

- (i) O montante apresentado na rubrica Despesa com pessoal refere-se à alocação de despesas com pessoal administrativo, conforme rateio realizado pelo compartilhamento de despesas administrativas do Grupo do qual a Companhia faz parte (Nota Explicativa nº 15).
- (ii) O aumento refere-se a despesa com honorários de êxito referente a negociação com a BP North America Petroleum para fornecimento de óleo combustível e serviços de assessoria aos debenturistas.

b) Outras receitas (despesas)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Recuperação de outras despesas	61	19
Outras receitas (i)	35.423	623
Reversão para contingências (ii)	-	7.547
Total de outras receitas (despesas), líquidas	<u>35.484</u>	<u>8.189</u>

- (i) O aumento na rubrica refere-se ao ressarcimento líquido de Pis e Cofins de glosa da receita referente aos períodos de setembro, outubro e novembro de 2019, março e abril de 2020, sendo um montante bruto de R\$ 39.006, recebidos em maio de 2021.
- (ii) O valor refere-se à reversão da provisão para contingência do processo cível.

Notas Explicativas

22. Resultado financeiro, líquido

	31.12.2021	31.12.2020
Receita sobre aplicação financeira	408	48
Descontos obtidos	643	-
Variação cambial ativa	17	175
Variação monetária ativa	-	1.172
Total de receitas financeiras	1.068	1.395
Juros e multas das debêntures	(92.242)	(85.514)
Variação monetária debêntures (i)	(36.613)	(14.916)
Amortização do custo das debêntures	(1.125)	(978)
Juros de financiamentos	(11.563)	(8.864)
Juros fornecedores	(4.049)	-
Juros passivos	(7.869)	(6.433)
Variações monetárias passivas (ii)	(2.856)	2.047
Multas (iii)	(2.211)	(782)
Despesas bancárias	(43)	(60)
IOF (iv)	(289)	(105)
Total de despesas financeiras	(158.860)	(115.605)
Resultado financeiro líquido	(157.792)	(114.210)

(i) A variação refere-se ao aumento do IPCA no exercício de 2021.

(ii) Variação monetária positiva no exercício de 2020 refere-se ao estorno da atualização monetária de contingência cível;

(iii) Os valores referem-se a multa sobre os parcelamentos dos tributos de PIS e Cofins realizados no exercício corrente; e

(iv) Os valores de IOF referem-se a aplicações financeiras e seguros.

23. Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros era a seguinte:

Descrição	Limite de indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil dos Administradores	157.848	06.08.2022	Chubb Seguros Brasil S.A.
Risco Operacional	137.589	17.01.2023	AXA Seguros S.A.
Responsabilidade Civil Geral	10.000	26.04.2022	AXA Seguros S.A.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

			31.12.2021		31.12.2020	
	Mensuração	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	18.549	18.549	340	340
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 1	64.685	64.685	22.699	22.699
Depósitos vinculados - contas reserva	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	19.953	19.953	14.218	14.218
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	36.272	36.272	40.012	40.012
Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	125.957	125.957	82.743	82.743
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	45.192	45.192	41.853	41.853
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	Nível 1	143.456	162.506	108.228	114.699
Debêntures*	Custo amortizado	Nível 1	585.165	688.583	522.627	555.902

(*) Em 31 de dezembro de 2021, a saldo contábil de debêntures desconsidera o montante de custo de transação de R\$ 6.740 (R\$ 7.865 em 31 de dezembro de 2020).

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, a Administração utilizou o último preço negociado das debêntures, e, para demais empréstimos, a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. A Administração calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Contas a receber: decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade e é representado por créditos com vencimento até 30 dias.

Depósitos vinculados - conta reserva: os depósitos vinculados são reservas mantidas com a finalidade de atender às exigências contratuais de dívida. São mantidas em aplicações financeiras e estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Fornecedores: estão mensurados pelo custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.

Debêntures: estão mensuradas com base na notificação de vencimento antecipado automático para as Debêntures realizada em 1ª de setembro de 2017.

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras, e os juros a vencer até o final do contrato.

	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores	125.957	125.957	84.326	13.877	13.877	13.877
Empréstimos e Financiamentos	143.456	143.456	143.456	-	-	-
Debêntures	585.165	585.165	585.165	-	-	-
Financiamento por arrendamento mercantil	4.497	4.497	644	1.288	1.932	633

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

Quanto ao contas a receber, decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do ONS (parcela de receita variável).

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2021

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, IPCA a taxa média de 9,15% (BM&FBovespa) em 31 de dezembro de 2021. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

31.12.2021					
Indexador	Taxa do período				
IPCA	9,15%				
	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
Debêntures					
Exposição líquida IPCA	475.715	583.057	688.583	797.740	905.081
Impacto da variação	(212.868)	(105.526)	-	109.157	216.498
Indexador	Taxa do período				
CDI	9,15%				
	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
CCB					
Exposição líquida CDI	156.413	159.461	162.506	165.547	168.584
Impacto da variação	(6.093)	(3.045)	-	3.041	6.078

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial atrelado ao dólar norte-americano em função de dívida reconhecida com a BP North America Petroleum decorrente de *Demurrage* (sobre estadia) de óleo HFO. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para a proteção desse risco.

Notas Explicativas

25. Eventos subsequentes

Partes Relacionadas Multiner S.A.

Os saldos com a Multiner S.A. de partes relacionadas decorrem de contrato de mútuos os quais incidem juros de 105,00 % do CDI e após 1º de janeiro de 2018, deixaram de remunerar o saldo devido a Arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017.

Diante disso, em 1º de fevereiro de 2022 foi prolatada Sentença no âmbito do Procedimento Arbitral CMA 520 em andamento perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, sendo que no dia 7 de março de 2022 todas as partes do referido procedimento apresentaram os pedidos que constam no art. 30 da Lei de Arbitragem e no item 16.1 do Regulamento da Câmara, a saber: *"Pedido de Esclarecimento ao Tribunal Arbitral, em virtude de obscuridade, de omissão ou de contradição da sentença arbitral"*. Nesse sentido, aguarda-se a sentença final do referido procedimento arbitral ainda no exercício de 2022, a qual não ocorreu até a presente data.

Renovação de contrato de seguro

Em 17 de janeiro de 2022, foi realizada a renovação da apólice de seguros de riscos operacionais, cuja nova vigência se estende até 17 de janeiro de 2023.

Pagamento de juros remuneratórios

Em 08 de janeiro, fevereiro e março de 2022, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos encargos remuneratórios e moratórios, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de agosto de 2018, e fato relevante divulgado na mesma data.

Renovação de acordo temporário

Em 08 de fevereiro de 2022, conforme deliberação em AGD, foi firmada prorrogação do Acordo Temporário até 20 de abril de 2022, nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

Assembleia geral de debenturistas

Foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas no dia 08 de fevereiro de 2022, às 09 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** sustar os efeitos do Vencimento Automático, notificado pelo Agente Fiduciário em 01/09/17, em razão do risco noticiado pela Cia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescentes aos Debenturistas; Deliberação **(i)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à Amortização, Juros e Encargos Moratórios pela Cia; Deliberação **(ii)** suspender o item e tratar na próxima AGD **(iii)** autorizar a Liberação dos Recursos das Contas Reservas e Provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; Deliberação **(iii)** a deliberação deste item foi tratada em Assembleia Geral de Debenturistas de 19 de fevereiro de 2020, 12 de maio de 2020 e 29 de junho de 2020; **(iv)** caso não aprovado o item **(i)** acima, autorizar o Agente Fiduciário, conforme a seguir definido, a retirar as Debêntures da B3, na qual se encontram registradas, em razão de disposições do regulamento da própria B3/CETIP, que exige que emissões vencidas antecipadamente, mesmo estando ainda vigentes, devam ser retiradas de seu ambiente, e, em ato contínuo, aprovar a contratação e/ou manutenção dos serviços de escrituração e banco mandatário, para que seja mantido o regular pagamentos dos debenturistas e acompanhamento de titularidade das Debêntures; Deliberação **(iv)** a deliberação deste item foi tratada na Assembleia Geral de Debenturistas de 09 de agosto de 2018, às 10h **(v)** autorizar a adoção das medidas necessárias para a viabilização das deliberações tomadas em Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)**, **(ii)**, **(iii)** e **(iv)** da Ordem do Dia; Deliberação **(v)** suspender o item e tratar na próxima AGD.

Foi realizada Assembleia Geral de Debenturista no dia 08 de fevereiro de 2022, às 10 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** aprovar ou ratificar, conforme o caso, aditivo prevendo a renovação do acordo aprovado pelos Debenturistas na AGD, realizada em 9 de agosto de 2018 às 11 horas, e celebrado nos autos do processo nº 1091118-41.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 24ª Vara Cível de São Paulo/SP ; Deliberação **(i)** - Aprovaram a prorrogação do Acordo temporário vigente até o

Notas Explicativas

dia 10 de abril de 2021, conforme termos do acordo realizado na AGD de 09 de agosto de 2018; **(ii)** Aprovar ou ratificar, conforme o caso, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD, exclusivamente com relação a responsabilidade por esta despesa, o termo de retificação e ratificação ("Termo de Rerrat") do contrato assinado em 05/02/18 entre Pentágono S.A DTVM; Deliberação **(ii)** Tratado na AGD 23 de janeiro de 2019 às 10 horas e 30 minutos; **(iii)** autorizar a renovação, do contrato do escritório de advocacia Pinheiro Guimarães Advogados mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação **(iii)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas 30 minutos; **(iv)** autorizar a renovação, do contrato com o Assessor Financeiro mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação **(iv)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; **(v)** reavaliar os valores retidos na Conta Centralizadora a título de Fundo de Reserva conforme deliberado na AGD realizada em 04/09/18, às 10 hora e:30 minutos; deliberação **(v)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(vi)** autorizar o Agente Fiduciário a adotar eventuais medidas necessárias incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão, e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)** ao **(v)** da Ordem do Dia; deliberação **(vi)** suspender o item e tratar na próxima AGD.

Em 13 de abril de 2022, às 09h30 e 10h30, serão reabertas as assembleias para que os debenturistas possam rever as condições de renovação dos termos do acordo vigente.

A íntegra das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas encontra-se disponíveis no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas, conselheiros e administradores da Termelétrica Pernambuco III S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Termelétrica Pernambuco III S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa no 1 que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado em 31 de dezembro de 2021 um montante total de prejuízo de R\$ 654.122 mil, e nessa data, o seu passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 669.197 mil, e seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ (483.075) mil.

A Nota Explicativa no 1 às demonstrações financeiras, divulga certas ações que estão sendo implementadas pela Administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a Administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso nos processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura de debêntures, conforme descrito na Nota Explicativa no 17, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional.

Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Ênfases

Processo de investigação independente

Conforme divulgado na Nota Explicativa no 1, existem determinadas partes relacionadas da Companhia, e determinados fundos de pensão que são investidores na Companhia que foram incluídos ou citados em uma investigação conduzida pelas autoridades públicas federais (Ministério Público Federal e Polícia Federal) denominada de “Greenfield”. A Companhia divulgou nesta mesma Nota Explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa independente especializada, porém, o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas encontra-se em andamento.

Desta forma, não é possível prever e nem antecipar os desdobramentos futuros dessa investigação, nem seus potenciais efeitos, se houverem, sobre as demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Transações com parte relacionada

Conforme Nota Explicativa no 16, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionadas à área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes e, caso fossem realizadas em condições normais de mercado, poderiam gerar resultados diferentes dos que estão sendo apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, determinamos que o assunto descrito adiante é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Recuperabilidade do ativo imobilizado com vida útil definida

(Nota Explicativa no 9)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa no 9 – “Imobilizado”, a Companhia possui montante significativo de ativo imobilizado, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 240.446 mil.

Em 31 de dezembro de 2021, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável. Dessa forma a Administração acompanha os indicadores de realização destes ativos e documenta anualmente o teste de avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria durante o exercício de 2021, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da Administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos

futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria:

- (i) Revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se as premissas utilizadas nessa avaliação de recuperabilidade eram razoáveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis;
- (ii) Revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela Administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas;
- (iii) Avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela Administração da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa; e
- (iv) Elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em

31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 31 de março de 2021, continha parágrafos de ênfases relacionados aos mesmos assuntos apresentados neste Relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas

evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 março de 2022

Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 31 de março de 2022.

Igarassu, 31 de março de 2022.
Diretor de Relações com Investidores
Diretor Presidente
Emiliano Furlan Stipanivic Spyer
Aguinaldo Alvares Gimenes de Jesus

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – Grant Thornton Auditores Independentes S.S., emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 31 de março de 2022.

Igarassu, 31 de março de 2022.

Diretor de Relações com Investidores

Diretor Presidente

Emiliano Furlan Stipanovic Spyer

Aguinaldo Alvares Gimenes de Jesus